

# **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO**

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

## **RELATÓRIO**

**Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Novo Banco**

**- CPI- Novo Banco -**

**Praia, 23 de fevereiro de 2018**

# **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO**

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

## **ÍNDICE**

### **I - INTRODUÇÃO**

### **II - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

### **III - SOBRE A CRIAÇÃO DO NOVO BANCO**

Contexto e objeto social do Novo Banco

Viabilidade

Acordo entre o Banco Português de Gestão e o Governo da República de Cabo Verde

Estrutura acionista (decisão dos acionistas de entrar no capital social do Novo Banco)

Capital social (Previsto/calendário de realização/efetivamente realizado)

### **IV - SOBRE A GESTÃO DO NOVO BANCO**

Gestão inicial do Novo Banco

Retribuição de gestores

Desempenho das equipas de gestão

Resultados da gestão de 2011-2017

Posicionamentos do Banco de Cabo Verde sobre a gestão

### **V - SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO DO NOVO BANCO**

Plano de recuperação de 2016

Posicionamento do BCV sobre o novo plano de recuperação do Novo Banco

### **VI - SOBRE A RESOLUÇÃO DO NOVO BANCO**

Decisão do Banco de Cabo Verde

### **VII - SOBRE A DIVULGAÇÃO DA LISTA DE DEVEDORES DO NOVO BANCO**

Lista publicada nos jornais

Depoimentos dos jornalistas

Decisão da Comissão Nacional de Proteção de Dados

Sobre a decisão da CNPD

### **VIII - CONCLUSÕES FINAIS**

### **IX - RESULTADOS DE VOTAÇÃO**

### **X - DECLARAÇÕES DE VOTO**

# COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

## I. INTRODUÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Novo Banco, doravante CPI- Novo Banco, foi criada, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PAICV, na sequência da resolução desta instituição financeira pelo Banco de Cabo Verde.

### *-Objeto da CPI- Novo Banco*

Nos termos do artigo 2.º da Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril, constituem objeto da CPI- Novo Banco:

- a) Averiguar o contexto e as ações desenvolvidas para a criação do Novo Banco;
- b) Averiguar se o Governo atual esgotou todas as possibilidades existentes para a recuperação do Novo Banco;
- c) Averiguar se o Plano de Recuperação apresentado pelo Conselho de Administração nomeado em janeiro de 2016 teve, ou não, impactos positivos, traduzindo-se, nomeadamente, na redução dos prejuízos nos resultados do Novo Banco;
- d) Averiguar se o Ministério das Finanças teve, ou não, responsabilidades, na divulgação na lista de potenciais devedores, violando o sigilo bancário e ferindo “de morte” a credibilidade do sistema financeiro cabo-verdiano;
- e) Averiguar se a decisão do INPS de fazer depósitos à ordem e a prazo foi, ou não, estribada em critérios objetivos e em condições favoráveis (para o próprio INPS), e os impactos dessa decisão na carteira de investimentos dessa Instituição (o INPS).

### *-Composição da CPI- Novo Banco*

Integram a CPI- Novo Banco, nos termos da Resolução supracitada, os seguintes Deputados:

- 1. Manuel Inocêncio Sousa – PAICV
- 2. Armindo João da Luz -MPD
- 3. Nuias Mendes Barbosa da Silva – PAICV
- 4. Hélio de Jesus Pina Sanches - MPD
- 5. João Baptista Correia Pereira – PAICV
- 6. João Gomes Duarte – MPD
- 7. José Jorge Monteiro Silva – PAICV
- 8. Lúcia Maria Gonçalves Passos – MPD
- 9. Luís António Gomes Alves – MPD
- 10. Paulo Jorge Lima Veiga – MPD

# COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

## ***-Âmbito do inquérito da CPI- Novo Banco***

Nos termos do artigo 3.º da Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril, no âmbito do Inquérito a realizar pela Comissão Parlamentar estão abrangidos:

- 1) Os objetivos da criação do Novo Banco;
- 2) A necessidade, no mercado cabo-verdiano, de um Banco com a natureza, o papel e a missão do Novo Banco;
- 3) As contas do Novo Banco de 2011 a 2017;
- 4) O Plano de Recuperação apresentado pelo Conselho de Administração nomeado em janeiro de 2016, bem como o “estado de arte” da sua implementação até a data em que se decretou a Resolução;
- 5) As Deliberações do Banco de Cabo Verde relativas ao Novo Banco.

## ***-Prazo do inquérito da CPI- Novo Banco***

O prazo de realização do Inquérito foi fixado em 180 dias, a contar da posse da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A CPI- Novo Banco foi empossada, por S. Excia. o Presidente da Assembleia Nacional, no dia 27 de abril de 2017.

Na sua primeira reunião, realizada no dia 23 de maio de 2017, a CPI- Novo Banco deliberou sobre os assuntos seguintes:

- a. Aprovação do regulamento interno (**Anexo 1**);
- b. Designação da Mesa, do Secretário e dos Relatores da CPI Novo Banco;
- c. Aprovação do cronograma de atividades (**Anexo 2**).

Para o Presidente da Mesa da CPI- Novo Banco foi designado o Senhor Deputado Manuel Inocêncio Sousa (PAICV) e para Vice-Presidente o Senhor Deputado Nuias Mendes Barbosa da Silva (PAICV).

Para Secretário da CPI- Novo Banco foi designado o Senhor Deputado Armindo João da Luz (MPD) e para Relatores, os Senhores Deputados João Baptista Correia Pereira (PAICV) e Luis António Gomes Alves (MPD).

Tendo em conta a complexidade do trabalho a desenvolver-se pela CPI- Novo Banco e a lista de entidades a serem ouvidas, por Resolução n.º 56/IX/2017, de 16 de novembro, o prazo inicialmente fixado foi prorrogado por um período de 60 dias, tendo sido ainda prorrogado por um período de 30 dias, conforme Resolução n.º 64/IX/2018 de 15 de Fevereiro.

# COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

## II. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Por indicação dos dois grupos parlamentares, logo à partida, foi aprovada a lista de documentos a solicitar, para análise da CPI- Novo Banco (**Anexo 3**).

A lista de documentos recebidos pela CPI- Novo Banco consta do **Anexo 4**.

Da mesma forma, foi aprovada uma lista de personalidades a serem convocadas para prestarem depoimentos perante a CPI- Novo Banco (**Anexo 5**).

## III. SOBRE A CRIAÇÃO DO NOVO BANCO

### a. *Contexto e objeto social do Novo Banco;*

Nas suas declarações à CPI- Novo Banco, a **Senhora Cristina Duarte**, Ministra das Finanças na altura da criação do Novo Banco, contextualizou da forma como se segue, a decisão do Governo de criação do Banco:

*“Já é consenso que é preciso um correto enquadramento de política económica em termos de micro, pequenas e médias empresas. Ou seja, não se atinge a sustentabilidade em termos de crescimento económico, se não se densificar o segmento das pequenas empresas...”*

*Depois do primeiro capítulo em que a economia era essencialmente de reciclagem das ajudas, Cabo Verde entrou no segundo capítulo. Uma economia que tem o privilégio de contar com o turismo como motor de crescimento económico... O turismo passou a ser como locomotiva da economia cabo-verdiana. Dito isto, fica quase que óbvio que o grande desafio para qualquer governo de Cabo Verde é ligar essa locomotiva que é o sector de turismo aos restantes setores, agronegócios, indústria, serviços, telecomunicações etc. etc.*

*O turismo em 2001 era tão-somente 9,4% do PIB e já em 2008/2009, ano em que se analisou a pertinência da criação do Novo Banco, já estava em torno de 21% a 22%.*

*De 2001 a 2008 emerge pela primeira vez, na economia cabo-verdiana, uma locomotiva.*

*A chave de ligar essa locomotiva aos outros sectores é a densificação das pequenas e médias empresas. O Governo do PAICV atacou basicamente em duas frentes. Primeira: oferta de oportunidades de investimentos por parte da economia cabo-verdiana, e segunda: procura de oportunidades de investimentos por parte de pessoas e empresas.*

*Nessa perspetiva da primeira frente, é com esse objetivo que se infraestruturou o País, pela primeira vez na história económica de Cabo Verde (Portos, aeroportos, estradas) que a sociedade Cabo-Verdiana já sabe.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*O Novo Banco entra exatamente na segunda frente, ou seja, na frente de promover a procura de oportunidades de investimentos por parte das pessoas e empresas. Adotou-se uma aposta sistémica e integrada com a criação de:*

- *Empresa no dia que atua no ambiente de negócio;*
- *CV garante, mecanismo de partilha de risco;*
- *ADEI, entidade de promoção e apoio ao empreendedorismo;*
- *Startups, fundamental para a sociedade cabo-verdiana tendo em conta a juventude. É o caso de ADEI, incubadora de empresas, assistência técnica em vários domínios;*
- *REMPE, fiscalidade e para-fiscalidade amiga;*
- *Fundo do Emprego e Formação Profissional;*
- *Cadastramento da propriedade pública e privada;*
- *Reservas de pequenas e médias empresas de 30%;*
- *Acesso ao financiamento, criou-se o Novo Banco.*

*Não há rentabilização das infraestruturas construídas se não densificarmos as pequenas e médias empresas. As economias necessitam de fluxos, da mesma maneira que o corpo humano precisa de sangue a correr nas veias.*

*O motor que faz com que esses fluxos económicos, indispensáveis para rentabilização das infraestruturas é a densificação das pequenas e médias empresas. Portanto, o sistema foi montado. Porque o Novo Banco? Todo o mundo sabe que de facto em Cabo Verde já possui e possui um nível elevado de intermediação financeira. Num estudo do Banco Mundial, Cabo Verde está ao nível das Maurícias, Marrocos e África do Sul em termos de intermediação financeira. Se há um nível elevado de intermediação financeira, porque que se criou o Novo Banco? Porquê, que não se procurou soluções dentro da base existente? Cabo Verde aí tem uma característica, o nível elevado de intermediação financeira, coexiste com elevado nível de exclusão financeira. Nesse quadro que foi criado o Novo Banco para responder ao desafio da inclusão financeira.*

*O colateral que os bancos exigem em Cabo Verde quando concedem um empréstimo às médias empresas, aquando da criação do Novo Banco era de 166%, ou seja, para cada 100.000\$00 que um cidadão ou uma empresa pede de empréstimo esse banco exigia de colateral 176.000\$00. Comparado com os países mencionados, Cabo Verde em termos de exigência de colateral está muito acima. Este é o grande obstáculo, portanto, à densificação de micro e pequenas empresas em Cabo Verde...*

*... A criação do Novo Banco ia explorar duas vantagens comparativas, que têm a ver com a exclusão financeira. O Novo Banco ao emergir e direcionado para o segmento da sociedade cabo-verdiana que padece de exclusão financeira, à partida contaria com mercado próprio, fora da concorrência dos bancos tradicionais. A questão que se punha numa perspetiva de negócio: será que a população excluída criaria valor económico? E aí a aposta do governo do PAICV, em este segmento que apesar de excluído do sistema*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*financeiro, com baixa renda, mas tem um grande valor económico e daí a criação do Novo Banco. “*

**Neste contexto, foram feitas, essencialmente, as intervenções seguintes:**

**Senhor Pérciles Silva, ex Administrador Executivo do Novo Banco:**

*“...sim fazia sentido e continua a fazer sentido a criação de um Banco com perfil do Novo Banco, tendo em conta que o tecido cabo-verdiano empresarial, micro, pequenas e médias empresas, até ainda enfrentam dificuldades de crédito, que houve sempre.*

Disse que abraçou o projeto porque já anteriormente, na gestão do Governador Dr. Olavo Avelino Garcia Correia, numa visita do Governador do Banco de Luxemburgo, este quase que o incentivava ao país, à semelhança do Luxemburgo que tem um banco de desenvolvimento com missões para apoiar pequenas e medias empresas.

Remata, dizendo que tendo em conta aquilo que se passa e se passava na vertente crédito, considera que este banco ainda faz sentido.

**Senhora Marly Cruz:**

*“Inicialmente o projeto foi muito ventilado nos Mídias como sendo um “banco dos pobres”, mas, na realidade, o mesmo foi criado como um banco comercial universal...ou seja, era um banco misto”.*

**Senhor Carlos Burgo, ex- Governador do Banco de Cabo Verde:**

Declarou que acompanhou desde início o projeto e a partir de 2014 acompanhou por fora (através da comunicação social), até a resolução. Apesar de parceiro na governança do sistema financeiro nacional, o Banco Central na altura só tinha autonomia na supervisão, que foi reforçada com o Novo Quadro Legal do Sistema Financeiro de 2014.

**Senhora Leonesa Fortes, ex. Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social- INPS:**

*“A criação do Novo Banco se adequa a uma realidade de Cabo Verde que está identificada em diversos estudos que já foram publicados, não só por entidades nacionais, como também por entidades internacionais.*

*O próprio inquérito que foi produzido relativo ao mercado informal aponta a existência de trinta e três mil micros empresas que operam no sector informal.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*Se for feita uma analogia com os países desenvolvidos, verifica-se que nestes países operam cerca de oitenta por cento de capital consolidado que está no circuito formal da economia. Aqui estamos numa situação contrária, apenas vinte ou pouco mais que isso, pode ser considerado como capital consolidado.*

*No entanto, há recursos que estão no mercado informal que efetivamente não são capturados e nem entram para os circuitos formais da economia.*

*Por outro lado, há uma necessidade grande das pequenas iniciativas empresariais. As micros e pequenas empresas têm problemas de conseguir dar um salto na sua atividade económica pelo facto de terem problemas de acesso ao financiamento.*

*Dentro desse quadro, continua a existir um grande espaço de intervenção que com políticas devidamente estruturadas, orientadas para poder abranger essa franja de população que se encontram ainda dentro do sistema informal.*

*O INPS foi o promotor da lei de registo social das micros e pequenas empresas, por sentir a necessidade de criar instrumentos que permitissem intervir neste mercado, visando o objetivo social.*

*O projeto tinha como pacto o desenvolvimento do tecido económico-social do país.*

*O projeto de um banco não pode ser visto como um mero negócio, é algo fundamental da política económica social e tem um objetivo estratégico de longo alcance.*

*O Novo Banco fazia parte de um sistema, CV-GARANTE, ADEI ... que visava atuar de uma forma estruturada, muito bem pensada, a nível do mercado pequeno, pecuária, agropecuária, agro industria, turismo, pesca, valorização do grogue, ...*

*Por exemplo, o sector do grogue que teve grandes investimentos, para ajudar os produtores a se adequarem aos requisitos exigidos na lei.”*

**Sobre o objeto social do Novo Banco e o alegado desvio desse objeto pelas suas administrações, importa destacar as seguintes declarações:**

**Senhor Olavo Correia:**

*“.... É falso, é completamente falso a informação em como o Novo Banco foi um banco social, não existe banco social em Cabo Verde.*

*Existem bancos comerciais, que têm autorização formal para fazer todos os negócios e que podem ter mandatos específicos, mas não há nenhuma autorização em Cabo Verde para criar banco social. Na altura o Novo Banco não foi, não é e nem poderia ser um banco social porque não era detido pela instituição de economia social.*

*O Novo Banco não foi criado com esse mandato legal e nem se quer os acionistas conseguiram controlar para que o banco pudesse ter esse mandato social. Nem se quer era possível viabilizar o negócio desse banco como um banco social neste nicho de mercado tão pequeno. Portanto, é falso em como o Novo Banco foi criado como um banco*



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*social. E todos os dados relatam isso, aliás o próprio Governador confirma essa informação.*

*O Novo Banco nunca deveria ter sido criado como foi criado. Não se pode fazer omelete sem ovo. Não há nenhum banco que consiga fazer negócios sem capital, o banco foi criado descapitalizado”.*

### **Senhor Emanuel Miranda, ex. PCE da Caixa Económica de Cabo Verde:**

*“...Eu devo dizer que em primeiro lugar, que a Caixa nunca considerou o projeto como sendo social e se tratasse de um projeto social a Caixa nunca teria entrado. Em segundo lugar, o Banco também não era social e nunca foi. Aliás quem participou nas várias reuniões, digamos nas primeiras reuniões da constituição do Novo Banco sabe que o objeto do Banco não é social. O objeto do Banco é de um banco comercial e universal. O Banco não tem objeto e atividade social mesmo do ponto de vista técnico, a minha opinião enquanto bancário e financeiro tenho muitas dificuldades em compreender a existência de um banco com objeto social, tenho muitas limitações em perceber isto.*

*O que ficou definido no objeto social é que o Banco mesmo sendo um Banco comercial universal, deveria privilegiar na sua atividade, operações que pudessem promover inclusão social e económica, é isso que está plasmado no objeto social do Novo Banco.*

*Inclusive na altura quando começou-se a discutir sobre a denominação do Banco, houve quem tivesse apresentado como proposta o nome de Banco, qualquer coisa social, mas a proposta foi recusada exatamente para que não pudesse contribuir para alguma confusão relativamente ao objeto social do Banco. O Banco era comercial e universal, deveria sim, privilegiar na sua atividade, na medida do possível, operações que promovessem a inclusão social”.*

*Quanto ao objeto social, lembro-me dessa discussão ainda antes da formalização do estatuto a volta do objeto social, que foi uma discussão muito acesa quanto ao objeto social. Uma parte defendia que devia ficar explícito que o Banco era social e a outra parte achava que não e que não se devia limitar a atividade do Banco e do ponto de vista técnico eu defendi que o objeto do Banco deveria ser comercial. Felizmente que a minha opinião foi absorvida. O Banco era um Banco comercial e universal, podia fazer qualquer transação qualquer operação que os outros bancos aqui da praça faziam, aliás em nenhum momento o regulador, supervisor chamou atenção do Novo Banco de ter ultrapassado, os seus limites ou objeto social.*

*O enfoque deveria ser nessa atividade, o enfoque, mas não limita a atividade. O enfoque fica ao critério da gestão, analisar do ponto de vista técnico, qual é a dose do enfoque que se deve dar.*

*A Caixa nunca acusou o seu representante no Conselho da Administração por esse aspeto, porque a Caixa sabe perfeitamente o que é gerir tecnicamente um banco e seria uma situação ainda muito mais difícil para o Novo banco do ponto de vista económico-*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*financeiro. Se o Novo Banco esteve a gerir só o segmento de baixa renda para particulares e para empresas, a situação seria muito mais difícil.*

*Porquê? Na gestão bancaria o objetivo principal de qualquer Conselho de Administração é cumprir o seguinte: é ter um produto bancário que cobre todos os custos. Estou-me a referir aos custos de depósitos, custos operacionais, custos prudências, prémio de riscos que é necessário ter capacidade para cobrir, custo de compliance. O produto bancário tem que ser suficiente para cobrir todos esses custos*

*Como é que se consegue um produto bancário? Consegue-se esses custos todos com atividades, com operações, portanto, seria mesmo impossível criar um banco em Cabo Verde que focasse exclusivamente na atividade nos segmentos de baixa renda, micro e pequenas empresas. Seria impossível, na minha opinião, porque jamais teria produto bancário suficiente que cobria todos os custos que já referi ou que não referi.*

*Seria então outro tipo de instituição e não um banco, porque só do ponto de vista prudencial para se cumprir as exigências, prudências. Os custos são elevadíssimo, um banco não comportaria isso então seria um outro tipo de instituição e não um banco, porque na altura até foi discutido tendo em conta as questões sociais se não seria melhor criar um fundo social e não um banco. Por esta razão era impossível o Novo Banco não fazer operações de grande porte, a situação seria ainda muito pior”.*

### **Senhor Pérciles Silva, ex. Administrador Executivo do Novo Banco:**

*“Relativamente ao aspeto do objeto social do Banco, no quadro da legislação financeira do banco, ainda, a legislação não diz que há banco de objeto social, nem banco de objeto comercial, há bancos. A instituição criada pode, na concessão da licença de operação do Banco de Cabo Verde, que dá uma licença genérica, operar no seu foco. Efetivamente, o objeto social do Novo Banco tinha uma vertente foco social, de apoio a pequenas e médias empresas e sectores da informalidade. O INPS estava lá para tentar trazer sectores da informalidade, era um foco grande do banco, dependendo da conveniência conjuntural da instituição. Referiu que um banco, sendo de apoio social, com foco na informalidade, não deve ficar amarrado a criação de galinhas. Para dar a sustentabilidade deveria procurar fazer outros negócios bancários, ou seja, procurar outros financiamentos, que poderia ser chamado comercial. Deveria ter enfoque social sim, mas simultaneamente procurar ter uma vertente comercial que desse sustentabilidade à instituição.”*

### **Senhor Atelano Fonseca, ex. Presidente do Conselho de Administração dos Correios de Cabo Verde:**

*“No plano estratégico e nos estatutos diz que o Novo Banco tem como foco as micro, pequenas e médias empresas e há casos em que pode operar junto a grandes empresas. O foco é que é micro e pequenas empresas.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*“...A palavra foco, pode ser uma questão de semântica, há quem entende isso por exclusividade, é apenas com instituições de micro finanças. A palavra foco significa, o eixo, os destinatários principais, mas sem excluir outros destinatários.*

*Relativamente ao capital social, os Correios participaram com recursos próprios, com setenta e cinco mil contos, não se recorreu a nenhum empréstimo bancário, e isso não impediu de cumprir todos os compromissos.*

*Há uma outra operação que ilustra melhor a afirmação, limite de conta corrente caucionada. Isto nenhuma instituição de microcrédito faz, conceder créditos em sede de contas caucionadas. Limites de contas correntes caucionadas, limita-se a empresas comerciais e caucionadas.*

*Há também mais um produto que está nos estatutos, crédito, fomento à construção imobiliária social, produto fomento à construção imobiliária, esta linha destina-se a apoiar as empresas ou particulares com projetos de construção de habitações a custos controlados, promover o aceso a habitação em condições especiais, contribuir para melhorar o ordenamento do território nacional, reduzir a proliferação, ou mesmo, extinguir os bairros clandestinos.*

*O objetivo era ir ao encontro do segmento de operadores informais, que possuem dinheiro, recursos, mas fazem as suas operações no mercado informal, à margem do controlo bancário, à margem do controlo das finanças. Esse segmento pode atingir quarenta a sessenta por cento do total dos operadores informais.*

*Por outro lado, há de facto muita gente com necessidade de recurso para a sua inclusão financeira e foi uma das preocupações do Novo Banco e partilhadas por todos os outros acionistas.*

*Verificamos que, apesar da intervenção da Caixa Económica e das instituições de economia social, a MORABI, a FAMI-PICOS, a SOLDIFOGO, a CITTI-HABIT, apesar dessas intervenções, não se consegue dar vazão a tantos pedidos, ainda há uma camada vasta que precisa de apoio.*

*Verifica-se que, de facto, o crédito a pequenas e médias empresas é uma necessidade e continua a ser uma necessidade premente e ajuda muito na inclusão social, também, o Novo Banco queria promover esta inclusão.”*

**Senhora Sofia Figueiredo, ex. Coordenadora da Área Técnico-Comercial do Novo Banco:**

*“O Novo Banco em termos de segmento de crédito veio a ter vários segmentos de crédito para determinado tipo de cliente, pequenos créditos, créditos a pequenos empresários, a microempresários, ao setor informal. Portanto, havia vários segmentos de crédito dentro do Novo Banco, com a finalidade de não deixar de ter produtos para determinados segmentos dentro do setor. Nesse sentido tivemos crédito desde o micro a médio e grandes créditos. Se se analisar em termos de peso em percentagem, os maiores créditos acabam por pesar mais, porque o montante é superior, mas em termos de quantidade e de abrangência os créditos abrangiam mais os segmentos do micro e pequenos negócios. Estamos a falar de créditos até três mil contos.”*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

### **Senhora Cristina Duarte, ex. Ministra das Finanças:**

*“Depois de ter conhecimento melhor dos dados do Novo Banco, fui ver as contas e dizem ao contrário. Por exemplo, só as contas de 2015 que já estão auditadas e por isso reconhecidas por todos na Assembleia Geral, na página 19, 68,6% de atividades do Banco foram dirigidas à economia social. Frisou, não a microcréditos, mas à economia social.*

*Registou-se um aumento de 34% e 48% no apoio aos negócios das pequenas e médias empresas. Uma segmentação sectorial dos créditos concedidos aos principais sectores da economia, pelos quais o Banco tem destinado a sua atividade, nomeadamente agronegócio, pesca, restauração, vendas ambulantes, tendo também atingido a créditos de habitação social, comércio e transporte. Isto é economia social ou não?”*

### **Sr. João Serra, Governador do BCV:**

*“O Novo Banco podia fazer qualquer tipo de negócio, mas os documentos subjacentes enviados ao BCV estabeleciam que o enfoque deveria ser a economia social, micro e pequenos negócios, habitação social, etc., e por um lado não foi cumprido pelo Novo Banco. O grosso dos créditos concedidos era de montantes superiores a cinco mil contos cerca de 75% e só cerca de 25% eram abaixo de cinco mil contos...*

*Disse ainda que “Como o Novo Banco não focou nos segmentos que deveria focar...desatou-se a concorrer com os nacionais remunerando funding e depósitos a uma taxa superior e atribuindo crédito como critérios administrativos. Isso é o que não se deve fazer numa instituição financeira”.*

### **Senhor Carlos Moura, ex. Presidente da Comissão Executiva do Novo Banco:**

*“... Numa economia, como em qualquer país do mundo, sobretudo num país do terceiro mundo, instituições para a economia social é sempre bem-vinda”. Nessa estrutura, entende, que o Novo Banco tinha, tem e terá sempre razão de ser.”*

### **Senhor Carlos Moura, Ex-PCE do Novo Banco:**

*“O Banco foi bem pensado, porém nasceu torto porque não tinha instituições colaterais para suportar os seus anseios sociais. O problema do capital dificultou o desenvolvimento do Banco.”*

### **Senhor João Serra:**

*Afirma que Foram ver todas as atas e havia sempre, nas reuniões, um ou outro acionista que relembra aos demais sobre a necessidade de concentrar no foco para o qual o Banco foi criado, ainda que a licença não tinha sido dada só para o efeito. Isto é, só para pequenos*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

negócios. Lembra a título de exemplo que no ano 2016, apenas 24,4% do total dos créditos eram destinados a empresas com volume de negócios inferiores a cinco mil contos. Portanto, houve um desvio. Se era esse o propósito, não foi alcançado.

### b. *Viabilidade:*

A criação do Novo Banco foi precedida do Estudo de Viabilidade elaborado pelo Banco Português de Gestão, em 2009, que mereceu aprovação dos acionistas e parecer favorável do Banco de Cabo Verde.

O Estudo de Viabilidade foi revisto em 2012, face ao desfasamento entre o Estudo de 2009 e a realidade enfrentada pelo Novo Banco, motivado pela não concretização da previsão de receitas de prestação de serviços de assessoria e pela realização do capital mínimo pelos acionistas.

Sobre o Estudo de Viabilidade inicial, o **Sr. Paulo Soares, ex. Presidente do Conselho de Administração da IFH** declarou que a apreciação que fazia era que efetivamente havia pontos do estudo de viabilidade que eram irrealistas. Apontou como uma das questões cruciais que a viabilidade do Banco estava na margem complementar com as receitas que eram obtidas na referida margem, que eram receitas referentes a serviço de consultoria de *corporate finance* que o Banco iria obter. Eram essas receitas que iriam complementar a margem financeira do Banco e a margem complementar que constitui um produto bancário e que poderia absorver custos do funcionamento do Novo Banco. Disse ainda que o produto dos créditos que se fazia ao microcrédito e à economia social não era suficiente para suportar os custos de funcionamento do Banco. Disse que não pode crer que um banco social, que visa financiar essencialmente o microcrédito e a economia social, tenha uma estrutura de custos elevada.

Afirmou que o Novo Banco financiou a economia social, porque o microcrédito em 2013 era de 45% sobre a carteira de crédito e depois, se somadas as pequenas e médias empresas atingiria 55%. Portanto, havia uma atividade focalizada na economia social e no microcrédito, mas não só, o estudo de viabilidade e a forma de viabilização do Banco foi feito num pressuposto de que a margem complementar do produto bancário, que é formado pela margem financeira mais a margem complementar, seria o apoio da margem financeira com o *corporate finance*, com valores de 100 mil, 130 mil por ano, para fazer face aos custos de financiamento, o que não se verificou. E que foi nessa sequência que se verificaram no segundo estudo de viabilidade que já veio adequar à realidade, que se passava na altura, e o Banco tinha que aumentar a sua carteira de crédito impreterivelmente e num processo muito mais rápido possível, para poder inverter a situação dos resultados líquidos negativos que estavam a corromper os fundos próprios, o rácio prudencial morre na gestão e na regulação financeira. Afirma que foram essas as questões que determinaram a conceção de que teria que ser ou desta forma ou os acionistas teriam que fazer as entradas de capital nos prazos previstos no estudo de

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

viabilidade para poder aguentar e cumprir com rácios prudenciais. Afirma que as pequenas e médias empresas também tinham um *plafond* de crédito muito superior às micro e aos particulares.

Por outro lado, **o Senhor Carlos Burgo, ex-Governador do Banco de Cabo Verde** entende que a intervenção do Estado não deve passar por criação de bancos. Que se optou pela criação do Novo Banco sem que se tivesse acomodado os necessários recursos no Orçamento Geral do Estado, tendo-se chamado instituições do Estado para entrar com capital. Que o Banco Central na altura da criação do Novo Banco só tinha autonomia na supervisão e que o Novo Quadro Legal do Sistema Financeiro de 2014 veio a reforçar essa autonomia.

Rematou ainda que o projeto poderia ser fechado em 2012, com a saída do parceiro o Novo Banco ficou sem conhecimento. Havia problema de coordenação no sentido de busca de parceria estratégico, não fazia parte da garantia mútua e o risco ficou mais elevado. Nos dois primeiros anos não conseguiu aplicar em créditos, tinha problema de solvabilidade e realizava prejuízo. Em 2016 estava fora do BCV, mas se estivesse dentro não aprovaria o plano de recuperação do Banco. Os acionistas sentiam desconfortos, sobretudo na fase final, em 2015 não alinharam e foi o Estado que assumiu os riscos. A Caixa Económica tem ata a confirmar os desconfortos. Havia sinais: créditos aos colaboradores em montantes elevados, remunerações elevadas, regalias administrativas como os outros bancos. Em 2014 o BCV tomou uma medida forte, comunicou ao Governo a eventual inviabilidade do Novo Banco. Exigiu-se a reconstituição do fundo no prazo de três meses e em seis meses os acionistas não investiram, havia ilegalidade e dúvidas em relação ao Novo Banco. O Novo Banco é o único que fechou, em 2014 com situação de insolvabilidade e ilegalidade. A partir de dois mil e catorze havia dúvidas em relação à carteira de créditos, havia mais exigências pela parte do departamento de supervisão.

Instado ainda a pronunciar sobre a questão da viabilidade dos Estudos iniciais, respondeu que não havia no sector bancário um caso tão crítico como o do Novo Banco. Já em 2014 o Novo Banco estava em situação de insolvência e ilegalidade.

### **c. *Acordo entre o Banco Português de Gestão e o Governo da República de Cabo Verde:***

Sobre a escolha do Banco Português de Gestão como parceiro do Governo de Cabo Verde na criação do Novo Banco, **a Senhora Cristina Duarte** declarou:

*“Fizemos um estudo com o apoio do Banco Mundial. Fizemos uma lista de possíveis parceiros, do lado do Brasil, o Banco Novo Mundo e, do lado de Portugal, o Banco Português de Gestão e a Caixa de Créditos. O facto é que o Banco Português de Gestão era o único Banco da economia social da segunda geração com mais experiência em Portugal, que também tem o quadro jurídico ou regulatório do sistema bancário igual*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*ao nosso, este fator jogou a favor dessa parceria. Tinha como seu principal acionista a Fundação Oriente que tem forte ligação com a China que é referência mundial e põe em cima da mesa a proposta de fazer o estudo por sua conta e risco, uma vez aceite pelo Banco de Cabo Verde, transformaria em participação acionista e iria gradualmente aumentar de 5 até 10%, num prazo de cinco anos, e que também participava na Gestão”.*

**O Ministro das Finanças, Senhor Olavo Correia**, por sua vez, teceu os seguintes comentários:

*“O Banco Português de Gestão foi quem ganhou com esta operação, levaram do Estado, mais trinta mil contos em estudos e assessoria, estudos que não foram respeitados pelo próprio Estado. O estudo não foi aproveitado pelo Estado, foi deitado no caixote de lixo e a solução que deixaram para o erário público são os prejuízos aqui já referi.*

*O mais importante é aprendermos com os erros, assumimos as nossas responsabilidades e sobretudo criamos as condições para que as pessoas de baixa renda possam ter o acesso ao financiamento a bom preço, mas através do mecanismo transparentes, sustentáveis e que garante a sustentabilidade e a perenidade na gestão, não podendo nunca o Estado fugir à transparência, por um lado, ou transferir essa responsabilidade para sede dos depositantes ou depositantes privados.*

*Esta é a lição que devemos retirar de todo esse processo para que não continuemos a cometer os mesmos erros. Se diagnosticarmos o erro ou problema seguramente compreenderemos a solução”.*

d. **Estrutura acionista** (decisão dos acionistas de entrar no capital social do Novo Banco):

Neste particular, o **Senhor Carlos Burgo** declarou na sua audição “que não obstante existir e colocar à época e ainda hoje, o problema da inclusão financeira, no nosso caso, a intervenção do Estado não deve (e nem devia) passar por criação de instituições monetárias, isto é bancos”, e que estes “devem sempre constar do Orçamento Geral do Estado e nesse caso não lembra de ter ouvido tal discussão em sede da aprovação do OGE.

Rematou afirmando ainda que, pese embora bem-intencionada, esta não foi a melhor via. No concernente aos acionistas, o declarante afirmou que as economias das entidades públicas que foram envolvidas falharam e que por aquilo que sabia, e na qualidade de Governador do BCV, alguns acionistas não estavam tão à vontade no projeto.

Sobre as razões da escolha dos acionistas do Novo Banco pelo Governo, a **Senhora Cristina Duarte** fundamentou da forma como se segue as escolhas dos parceiros nacionais- IFH, INPS, CECV e CCV:

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

- IFH: *“Está intrinsecamente ligada à estrutura da transação de Casa Para Todos. Se não entendermos a estrutura da transação de Casa Para Todos, eventualmente teremos dificuldades em entender o chamado da IFH para a estrutura acionista do Novo Banco.*

*Como é entendimento da sociedade cabo-verdiana, o défice habitacional em termos quantitativos e qualitativos é um problema estrutural de Cabo Verde. Por isso que a construção clandestina vem surgindo nesses quarenta e tal anos da independência, causando uma baixa qualidade urbana em Cabo Verde. Então, impunha uma medida clara de política de habitação social direcionada às famílias mais vulneráveis que eram agentes da construção clandestina. Foi proposto a Portugal um empréstimo e aceitou, mas tinha que ser previamente aprovado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, tendo em conta o acordo de baixar a dívida em 2005, 2006 e 2007, para criar espaço para endividamento para infraestruturação do país. Cada empréstimo devia ser analisado, discutido e negociado para preservar o bom ambiente de relacionamento. No processo negocial, chegou-se a entendimento que se podia avançar com o programa Casa Para Todos, mas que os fluxos gerados deveriam ser direcionados ao serviço da dívida do programa Casa Para Todos.*

*O programa Casa Para Todos foi concebido numa ótica de oferta e procura. A política económica aconselha que quando se tomam medidas dessa magnitude, também, devem ser tomadas medidas do lado da procura, para evitar disfuncionalidades a nível do mercado. A participação do IFH no Novo Banco é exatamente para conceder créditos às famílias vulneráveis para garantir de forma estrutural e permanente a procura de casas e, emergir como braço financeiro do programa Casa Para Todos.”*

- INPS: *“O INPS é ainda a única instituição no país que produz capital de longo prazo. Foi convidado nesta preceptiva de mobilização de recursos endógenos para financiar o desenvolvimento, numa lógica de sustentabilidade do Sistema de Previdência Social.*

*O Novo Banco ao ter políticas de densificação de micro e pequenas empresas, como é evidente, iria ser um instrumento de combate de informalidades ou de formalização da economia, claro que iria ter mais contribuição para o INPS, ou seja, reforçaria a sustentabilidade da Previdência Social.”*

- Correios de Cabo Verde: *“Os Correios de Cabo Verde tinham um projeto de há décadas e, tinha na gaveta, de desenvolvimento de serviços financeiros postais. Por outro lado, olhando o mercado alvo do Novo Banco e a rede de infraestruturas subutilizadas dos CCV, com uma grande capilaridade na economia cabo-verdiana, foi estabelecido uma parceria com os Correios em que o Novo Banco ganha e os Correios também.”*

- CECV: *“Foi numa lógica de ganho- ganho. A CECV era na altura o único Banco com departamento de microcrédito, mas a própria Administração reconhecia que este departamento de microcrédito nunca assumiu expressão muito significativa nos balanços da CECV. Propomos a entrada de CECV como acionista do Novo Banco, deixando de continuar a investir na expansão no departamento de microcrédito e concentrar-se-ia completamente nos sectores mais tradicionais onde enfrenta uma maior concorrência por parte dos Bancos tradicionais, libertando algum recurso dentro da CECV para direccionar para sectores tradicionais reforçando a sua capacidade competitiva em relação aos mercados tradicionais. O Novo Banco paulatinamente assumiria a liderança*



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*no sector de microcréditos e microfinanças, bancarizando, ou seja, formalizando quem está fora do sistema, permitindo que essas empresas cresçam, chegará o nível de clientelas para produtos e serviços, mas concertantes com a carteira de CECV. De uma certa maneira o Novo Banco iria criar mercado para a CECV.”*

Relativamente à alegação de que os acionistas teriam sido objeto de pressão por parte do Governo para participarem da constituição do Novo Banco, os representantes dos acionistas declararam:

**Senhor Emanuel Miranda, ex. Presidente do Conselho de Administração da Caixa Económica de Cabo Verde- CECV:**

*“...O Novo Banco foi um projeto criado pelo Governo e que a Caixa foi convidada a participar do projeto e tendo em conta que o segmento das micros e pequenas empresas faziam parte da prioridade da Caixa, assim entenderam que era um projeto a abraçar e que dessa forma poderiam focar exclusivamente nos outros objetivos estratégicos”*

Quanto à questão se alguma vez foi pressionado, a resposta foi negativa, justificou dizendo que a Caixa não é controlada pelo Governo, sendo os privados os acionistas maioritários.

**Senhora Marly Cruz, Ex-membro da Comissão Executiva do Novo Banco e representando a acionista CAIXA,** disse que em algumas decisões mais macro, houve algumas interferências da tutela do Novo Banco, lembrando que quase todos os participantes do Novo Banco eram do Estado o que justifica, querendo ou não.

Explicou ainda que a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) convidou-lhe para fazer parte do Conselho de Administração do Novo Banco, tendo apresentado como “condição” para aceitação do convite, a garantia de sua entrada em definitivo para os quadros da CECV.

**Senhor Atelano Fonseca, ex. Presidente do Conselho de Administração dos Correios de Cabo Verde:**

*“Porque é que Os CCV decidiram participar? Para promover a diversificação dos produtos e dos serviços para poder sobreviver, porque só o negócio postal não era suficiente.”*

**Senhora Leonesa Fortes, ex. Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social:**

*“Na qualidade de Presidente do Conselho de Administração do INPS, estive presente desde o primeiro momento em que surgiu a iniciativa da parte do promotor, o Governo, para a criação de um banco nacional, com vocação para intervir no sector social.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*O INPS iniciou um processo de avaliação de todos os documentos apresentados, o Conselho de Administração fez a avaliação técnica e financeira, foi emitido, num primeiro momento, um parecer com base nos pressupostos e números apresentados.*

*Inicialmente o projeto foi visto apenas do ponto de vista financeiro, sem se enquadrar em todo o quadro social que o projeto viria a responder.*

*Colocaram-se várias questões, dúvidas, ao longo de um determinado tempo. A partir do momento em que todas as dúvidas foram esclarecidas, devidamente explicadas os objetivos e os propósitos do Novo Banco, da instituição que se queria constituir e o INPS apercebeu melhor qual era o âmbito de intervenção. Para além dos propósitos do Governo, que iam ao encontro de ter uma unidade que tinha como foco principal as micro e pequenas empresas, maioritariamente com dificuldades de acesso ao financiamento, que iam de encontro às preocupações do INPS.*

*O INPS desenvolveu várias iniciativas visando capturar este segmento de população do sector informal que se encontra excluído do sistema.*

*Os dados dizem que há alguns ganhos assinaláveis em matéria da proteção social, em cada dez, seis trabalhadores ainda estão excluídos do seu direito fundamental, que é a proteção social.*

*Apesar das iniciativas próprias da instituição relativas às empregadas domésticas, dos operadores que operam no sector informal, etc., os resultados ainda continuam muito aquém das expectativas.*

*O projeto estava enquadrado num âmbito muito mais global, muito mais profundo, que para além de permitir alcançar de forma indireta esta franja da população, trazendo-a para dentro da proteção social, oportunidade a ser aproveitada, tendo em conta que o INPS confronta com o problema de colocação das suas reservas em matéria de aplicação fase aos escassos produtos do mercado.*

*Surgiu como mais uma oportunidade de investimento, tendo em conta o conforto que vinha da iniciativa do Estado.*

*Confiou-se que era um projeto que no futuro trazia resultados do ponto de vista financeiro, social e no alcance dos objetivos do INPS.*

*Entrou-se no capital social com vinte por cento, que corresponde a sessenta mil contos.”*

### **Senhor Paulo Soares, ex. Presidente do Conselho de Administração da Imobiliária, Fundiária e Habitat- IFH:**

*Se fazia sentido ou não a criação do Novo Banco nessa altura? Responde que sim e explica que a IFH pela conjuntura que se vivia na altura de alguma estagnação do sector financeiro, via sempre com bons olhos a criação de uma nova instituição financeira no mercado, que iria trazer mais oportunidades de negócios para a empresa.*

*Sobre a questão motivação da IFH para entrar no negócio do Novo Banco, responde dizendo que a IFH viu o Novo Banco como mais uma oportunidade de negócios, mais*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

uma instituição financeira no mercado e principalmente por ser uma instituição que estava voltada para um segmento de mercado que era o principal alvo da IFH.

Continuou dizendo o seguinte: *“A IFH foi sempre uma instituição de cariz público que apoiava um segmento de mercado que era o principal alvo ... do Governo na sua política social. É nesta perspetiva que a IFH analisou essa participação no Novo Banco como uma oportunidade de negócios tendo mais crédito para as famílias cabo-verdianas e potenciais clientes da IFH, trazendo mais oportunidades de negócio para a instituição E disse crer que estas, também, eram as motivações da IFH para entrar no negócio.*

Quanto à questão colocada se foi pressionado pelo anterior Governo para participar na ação do Novo Banco, esclarece, primeiro, que iniciou funções na IFH em 1 de Abril de 2010 e que o processo do Novo Banco já vinha sendo trabalhado com a administração anterior do Novo Banco e portanto, numa fase em que as decisões em matéria de participação ou não do Novo Banco já tinham sido tomadas pela anterior administração, com a anuência da Assembleia Geral.

e. **Capital social** (Previsto/calendário de realização/efetivamente realizado):

O Estudo de Viabilidade, de 2009, previa um capital inicial de 750.000 contos que devia ser objeto de aumentos sucessivos até o montante de 2.000.000 de contos.

Instado sobre a participação do Estado e a realização do capital, o **Senhor Carlos Burgo**, então Governador do BCV, começa por afirmar que *“o capital deve ser em função do plano de negócio e sobretudo da função do risco, podendo naturalmente servir para absorver perdas”*. Que o parecer do BCV à data *“foi favorável, não obstante não fosse vinculativo”*. Continua dizendo que *“o BCV fez claramente uma avaliação dos riscos do negócio, e que se fossemos ver o plano de negócio, previa que grande parte das receitas do Banco, não seria da margem financeira do Banco, mas sim da margem complementar, portanto pela via da prestação de serviços, e pensou-se que o BPG tinha alguma experiência nesta área de prestação de serviço, e que seria um Banco que iria prestar serviço à causa das microfinanças, da habitação social, e não se excluía de todo a ideia de crédito”*

Continuando, declarou que à data, *“tínhamos o entendimento que o capital inicial de trezentos mil contos era pouco, e que com isso não devia-se criar um banco, enquanto instituição de crédito”*. Reiterou a sua posição exemplificando que *“já em 2012 o Novo Banco estava em situação de insolvência e ilegalidade, por manifestamente ter desviado dos desígnios iniciais do seu plano de negócio, que pessoalmente já não acreditava neste projeto”*.

Por sua vez, nas declarações a Ex. Ministra das Finanças, **Senhora Cristina Duarte**, sobre a mesma questão, afirmou o seguinte:

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*“No primeiro estudo viabilidade apontou-se o capital de arranque com 750 mil contos. Portanto, o dobro de mínimo exigido pelo Banco Central. Foi essa a proposta que o Banco Português de Gestão colocou sobre a mesa. Os acionistas de referência disseram, na altura, que era muito elevado o esforço financeiro. Este mesmo estudo que propunha 750 mil contos, teria uma trajetória muito mais inclinada. Os acionistas de referência propuseram iniciar com 300 mil contos e com uma trajetória muito mais pausada. Mais uma vez um exemplo claro que o Governo não pressionou ninguém. Cada um entrou com aquilo que quis e com aquilo que pode.*

*Refez-se o estudo de viabilidade e, mais uma vez, se provou que arrancando com capital de 300 mil contos a instituição seria rentável.*

*O Estado iniciou com 5%, ou seja, 15 mil contos, que de ponto de vista orçamental nunca foi o problema. E ao acompanhar os aumentos de capitais para manter os 5%, não seria seguramente nem um problema orçamental nem de tesouraria. Não foi o que condicionou a evolução da participação no Novo Banco. Quando se iniciou com 300 mil contos, estavam todos conscientes que o retorno era mas estrito.*

*Perfeitamente normal que os bancos no início de atividade tenham resultados negativos nos primeiros anos. É normal, que na fase de arranque com 300 mil contos que já são poucos, retirar recursos para montar a estrutura, que durante esta fase de compra de equipamentos e contratação de funcionários é evidente que não se gera lucros.*

*Quando repararmos no 3º ano consecutivo de resultados líquidos negativos, iniciamos um processo de mobilização de parceiros.*

*Na qualidade de Ministra das Finanças, contactei várias intuições. Contactei o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Afriland e o Banco Português de Investimento.*

*Em 2012, foi feita a capitalização, duplicou-se o capital social de 300 para 600 mil contos. Em 2013 e 2014 não houve aumento de capital e a capitalização veio a ocorrer em 2015 (para 849,5 mil contos). Os aumentos de capital não decorreram exclusivamente por causa dos resultados líquidos negativos. Analisando o estudo de viabilidade, prevendo resultados positivos já previa aumento de capital. Os aumentos de capitais previstos e projetados no estudo eram essencialmente, para financiar a expansão do Banco. Os aumentos de capital que vieram a efetivar eram não só para expansão do Banco, mas também para apoiar o Banco no cumprimento dos rácios prudenciais. Em 2014 concentrámos na mobilização da Afriland. A perspetiva era de entrada de 2,5 milhões de euros. O que iria poupar aos acionistas de referência a recapitalização. E quando o processo de negociação com Afriland falha e quem pode entra e recapitaliza. Não foi aceite e por isso voltou-se à posição doméstica daí a recapitalização em 2015.*

*Recapitalização. O Estado arranca com 5% atinge a 43% e na segunda recapitalização participa o Estado e o INPS. O Estado, sim, recapitalizou o Novo Banco em 2015. Em 2014 o capital social do Novo Banco era de 600 mil, resultado da primeira recapitalização que ocorreu em 2012, e a segunda ocorreu em 2015 e, é com esta recapitalização que o Novo Banco atingiu 800 mil contos exigidos como capital social mínimo, pelo Banco Central, no aviso n.º 3, de maio de 2015.”*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

Ainda sobre a participação do Estado, na criação e enquanto acionista (ainda que de forma indireta), o **Senhor Carlos Burgo** entende que *“Não há problema em Estado participar. Devia participar de forma transparente. As minhas opiniões são acentuadas em factos, disponibilizadas e veiculadas em público (reunião e palestras)”* e que *“se a recapitalização tiver sido feita através de transferência de imóveis, se foi aceite pelo BCV, foi um cabo verdura. O capital tem que absorver perdas, o banco precisa de liquidez. O capital não cumpre o seu papel se não tiver liquidez. O banco pode receber imóveis, mas o prazo é de cinco anos, porque assume riscos e pode ter problemas de liquidez.”*

A este propósito, o **Senhor João Serra**, Governador do BCV, declarou: *“Em Maio de 2015 os acionistas deliberaram aumentar o capital social do Novo Banco passando de 600 para 849 mil contos e o Estado não entrou com imóveis mas sim cash, com dinheiro. No dia 5 de Junho de 2015 o Estado entrou com a parte que lhe cabia, na totalidade, no valor de 149 mil contos. No entanto em 2015 parte desses imóveis foi comprado pelo Novo Banco ao Estado e que para o BCV era indiferente. O BCV não aceita imóveis como entrada de capital social, a lei não permite. O BCV aceita que instituições financeiras adquiram imóveis para o uso próprio e havia um filtro, nunca ser superior a 100% dos fundos próprios. Os imóveis que foram adquiridos, na altura, pelo Novo Banco no valor de 101 mil contos não ultrapassavam esse rácio nos termos legais. Se utilizou um expediente não lhe cabe julgar e que o BCV agiu corretamente. Não era estapafúrdia do Governador e as transações foram feitas em momentos diferentes.”*

**Senhor Emanuel Miranda, ex. Presidente da Comissão Executiva da CECV** sobre os sucessivos aumentos de capital, disse que *“a Caixa respondeu apenas ao primeiro aumento, não respondeu o segundo aumento. O primeiro aumento o capital inicial foi de 300 milhões de escudos cabo-verdianos e o aumento foi mais de 300 milhões onde a Caixa participou efetivamente com mais 60 milhões, de forma a poder manter a sua quota, a sua posição na estrutura acionista.”*

*Já no segundo aumento, efetivamente a Caixa não acompanhou porque conclui que já tinha, segundo os propósitos iniciais traçados, esgotado a exposição que inicialmente tinha definido. Porque quando analisou o projeto no início, fê-lo tendo em conta o plano de negócio que foi apresentado e face ao plano de negócio que foi apresentado, definiu logo ad início a sua estratégia que era ir até essa exposição. Porque efetivamente o plano de negócios previa aumento de capitais, mas, com a entrada de novos acionistas, é isso que o Plano de negocio inicialmente previa, daí que a Caixa não acompanhou os novos aumentos”.*

De referir ainda neste capítulo, conforme o **Senhor João Serra**, Governador do BCV, *“a recapitalização prevista para 2016 e 2017 previa a injeção de mais 700 mil contos. O*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*BCV analisou o plano e considerou-o insuficiente porque na perspectiva do BCV o documento foi omissivo relativamente à identificação de mecanismos e medidas que permitissem, a prazo, o Novo Banco contornar a sua situação grave de desequilíbrio financeiro... Por causa disso o BCV devolveu o draft ao Novo Banco e com esses subsídios para serem incorporados, mas o plano não foi remetido novamente ao BCV". Disse ainda mais: "para o BCV não existe Plano de Recuperação e o Banco já havia atingido o fundo do poço".*

### IV. SOBRE A GESTÃO DO NOVO BANCO

#### a. *Gestão inicial do Novo Banco:*

**Sobre a gestão inicial do Novo Banco foram proferidas, no essencial, as seguintes declarações:**

**Senhor Péricles Silva, ex, Administrador Executivo do Novo Banco:**

*"O Banco começou de uma forma conturbada. Começou com um Presidente do Conselho de Administração português que logo de início quando começaram a exercer a função creditícia, durante o ano 2011/2012, os créditos eram aprovados em Lisboa (a administração fazia um scan do documento e enviava ao Presidente do Conselho de Administração), claro, depois de ser analisado aqui em Cabo Verde. Por conseguinte, não eram numa Comissão Executiva. O Presidente do Conselho de Administração é que foi incumbido de criar e estruturar o Banco".*

Referiu que a partir do momento que começou a dar crédito, exemplificou, o caso de um crédito habitação no qual haveria que fazer uma escritura, quando abriram em São Vicente, este implicava a deslocação de alguém do Conselho de Administração a São Vicente para fazer uma escritura de 5mil /10 mil contos, porque o Senhor na altura não queria ter procuradores/representantes do Banco em São Vicente, referindo aqui problemas de gestão. Segundo o Senhor Péricles Silva, com a recomposição do Conselho de Administração, os créditos malparados pararam.

Que numa reunião alargada dos órgãos sociais do Banco no Ministério das Finanças, a determinada altura despoletou-se essa questão, e a Senhora Ministra automaticamente indigitou o Conselho Fiscal para fazer uma auditoria ao Banco relativamente a esta matéria. Entretanto, desconhece o desfecho, ou seja, as conclusões.

**O Senhor Presidente do Conselho de Administração** dizia que tinha um mandato, que lhe tinha sido dado um mandato para criar o Banco, pôr o Banco de pé, por exemplo referindo-se aos casos que ele não queira a nomeação de procuradores, em São Filipe e São Vicente, mostra que ele não queria que as coisas lhe fugissem da mão. Havia essa concentração de poderes. Nunca o viu escrito, mas o argumento dele é que era o

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

mandatado, para implementar, para criar e neste sentido de facto concentrava. Afirmou que, as primeiras operações de créditos foram despachadas em Lisboa. Analisavam tudo aqui e depois mandavam para Lisboa para dar a autorização final. Não podiam decidir. No contrato não estava nada escrito, o contrato é técnico.

Relativamente às práticas do Presidente do Conselho de Administração, disse que não sabe se pode ser chamado de pressão, mas ele tentava sim atrair os tais clientes vipes. Numa determinada altura, ele veio de Lisboa e disse que tinha encontrado com o Dr. (?) que lhe fez uma resenha de necessidades para um projeto. Efetivamente, receberam o Dr. ..., mas, depois de analisar o projeto e a garantia, o mesmo não foi para frente. Também receberam outro empresário encaminhado pelo Presidente do Conselho de Administração, que, também, não foi atribuído crédito. Referiu igualmente ao crédito atribuído para a compra do terreno em cidadela.

O crédito dado ao cliente, que adquiriu o Terreno na cidadela, foi aprovado porque estava entre os 5 e 10 créditos atribuídos no início da atividade creditícia do Novo Banco. O crédito da cidadela foi atribuído porque estavam no início. Mas a partir daí ele trouxe mais clientes que não foram contemplados.

### **Senhora Cristina Duarte, ex. Ministra das Finanças:**

*“Nós arrancamos com a perspetiva de o Banco Português de Gestão assumir grande parte da gestão, durante cinco anos, pelas razões reconhecidas pelo próprio Banco Central, no seu parecer.*

*Em 2012, os acionistas acharam que o Presidente do Conselho de Administração estava a conduzir o processo não da melhor forma. Concentração de poderes, decisões que deviam ser colegiais eram tomadas de forma individual. Como é evidente os acionistas, todos, optaram pela rescisão do contrato de assessoria do Banco Português de Gestão. Em 2011 avaliou-se e em 2012 também. Em dezembro de 2012, o senhor Francisco da Silva Fonseca foi afastado e entrou-se num período de negociação. A minha preocupação foi de minimizar eventuais custos da rescisão deste acordo e conseguimos uma rescisão que minimizou os custos.*

*A segunda foi em colaboração com o Banco de Cabo Verde, que mergulhou na gestão do Novo Banco e descobriu atos de gestão menos consentâneos, aconselhou a todos os acionistas uma segunda mudança do Conselho de Administração e os acionistas não tiveram problema nenhum em fazê-lo.*

*Quanto à rescisão do contrato com o Banco Português de Gestão. Não me lembro dos termos exatos desta carta, mas não havia indícios de corrupção. Havia modos operando do Presidente do Conselho de Administração estranho e que, de facto, estava a afetar o bom funcionamento do Conselho de Administração.*

*Quando eu estabeleci contacto com o Banco Português de Gestão e denunciei a atuação do então Presidente do Conselho de Administração, o Dr. Carlos me disse que estavam com problemas e estavam com um processo de afastamento deste mesmo elemento do*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*Banco e que ia contactar a Senhora Ministra para comunicar. O que nós fizemos aqui de afastamento estava a acontecer a mesma coisa no Banco Português de Gestão e, de facto, aconteceu. Ele é afastado do Novo Banco, como é afastado do Banco Português de Gestão. O Conselho de Administração do Banco Português de Gestão demarcou-se, claramente, da ação do então Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco. Feito isto podia dar azo a solicitação de indemnização que o fizeram, daí que tornei mais dura a minha posição negocial. Não há hipótese de qualquer perspectiva de indemnização. Está fora de questão. Foi isto que aconteceu.”*

### **b. Retribuição de gestores:**

**Sobre a grelha salarial dos gestores do Novo Banco, procedeu-se as declarações seguintes:**

**Senhora Cristina Duarte, ex. Ministra das Finanças:**

*“De facto, houve muita desinformação na comunicação social. Quando uma instituição entra já num mercado existente, com uma procura e uma oferta, com preços já determinados o Novo Banco não ia determinar preço de nada. O Novo Banco teve que se adaptar a este mercado já existente. Os acionistas utilizaram a grelha salarial da CECV como referência. Era impossível e arriscado contratar quadros com comprovada experiência bancária, abaixo dos preços do mercado. Basicamente o Novo Banco pegou a grelha salarial da CECV, usou como referência e tentou pautar os seus salários com a grelha da CECV. A comunicação social referiu que o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva recebiam salários de 1000 contos. Isto foi mais uma falácia difundida pela comunicação social. O Presidente da Comissão Executiva era um expatriado, era um quadro de Banco Português de Gestão (BPG) que veio para Cabo Verde. Este quadro do BPG recebeu um salário em sintonia com o nível do mercado. A verdade é que o BPG para convencer o Presidente da Comissão Executiva a vir para Cabo Verde, que não viria a ganhar menos do que ganha em Portugal e o salário do Presidente do Conselho de Administração é inferior do que ele ganha em Portugal, disse que o Novo Banco paga de acordo com as regras do mercado e o BPG complementa este salário, e fica registado nos livros do BPG e não nos livros do Novo Banco. O Presidente do Conselho de Administração recebia um salário, mas tinha uma componente doméstica, que era contabilizada no livro do Novo Banco, em sintonia com o mercado, grelha da CECV de referência, a parte complementada foi a parte do BPG. Esta é a informação que tenho.*

*Esta questão de remunerações sempre acautelámos. Os acionistas começaram a gerir a variável remunerações muito antes do Banco surgir. No pacto de acionista, que foi o primeiro documento que os acionistas assinaram, diz-se na sua cláusula 4.ª que o vencimento do Presidente da Comissão Executiva será estabelecido em valor adequado com as melhores práticas do mercado bancário nacional, tendo em conta as especificidades e o carácter do Novo Banco. A remuneração do Presidente do Conselho de Administração será estabelecida em 30% da remuneração do Presidente da Comissão Executiva, a remuneração dos outros Administradores será em 70% e dos não executivos*



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*de 10%. Na assembleia constitutiva do Novo Banco, criou-se a comissão de remunerações. Do ponto de vista de acionistas, houve um conjunto de démarches para acautelar a questão das remunerações.”*

### **Senhora Marly Cruz, ex. Administradora do Novo Banco:**

*“No que diz respeito às condições contratuais, garantiu que, durante todos os anos que trabalhou no Novo Banco, nunca foi apresentado aos Administradores um contrato de gestão. Em Junho de 2010, a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) convidou-lhe para fazer parte do Conselho de Administração do Novo Banco. Entretanto, na altura era funcionária do Banco Cabo-Verdiano de Negócios (BCN), onde trabalhava há 12 anos e por uma questão de transparência e rigor não poderia representar o Novo Banco, tendo apresentado como “condição” para aceitação do convite, a garantia de sua entrada em definitivo para os quadros da CECV. Depois de muita negociação, a CECV aceitou a sua “condição”, tendo a partir daquela altura, representado, em comissão de serviço, a CECV no Conselho de Administração do Novo Banco.*

Declarou ainda que, foi-lhe apresentado, o seguinte pacote remuneratório:

- a. “14 meses de salário (12 meses de salário, 13.º mês e mais o subsídio de férias). Em função dos resultados do banco teriam direito a mais dois salários adicionais a definir pela Comissão de Remuneração, mas nunca chegou a concretizar;*
- b. O salário bruto de 368.000 (trezentos e sessenta e oito mil) escudos, e líquido de 247.500 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos) escudos;*
- c. Veículo de serviço;*
- d. Plafond de combustível mensal em chip de 70 litros de combustível;*
- e. Plafond de comunicação pós-pago de 100.000 (cem mil) escudos. Em 2012, esse valor foi, entretanto, reduzido, fixando-se em 30.000 (trinta mil) escudos, por terem verificado que o valor inicial era bastante excessivo.”*

### **Senhor Péricles Silva, ex. Administrador Executivo do Novo Banco:**

*“Referiu que ficou estupefacto quando viu as notícias no jornal. Mencionou que ele sempre foi convidado, como o Presidente da Comissão Executiva, com um salário de 362 000 brutos, líquido 254.000, descontando os impostos e o INPS, tudo é falso, idem em áspera para os não executivos. Referiu que ao Presidente do Conselho de Administração de Portugal atribuiu-se um salário de 100 contos. Alegou que o jornal tenta insinuar que tinham 17 salários. Novamente, considerou esta uma outra inverdade. Explicou que o pacote remuneratório que lhe foi proposto dizia que tinha 12 meses mais o subsídio de natal e se o Banco pudesse, quando tivesse condições poderia atribuir uma gratificação de desempenho que chegaria aos 17 salários, o que não tiveram e do ponto de vista ética nunca reclamaram. Na sua opinião, desconhece a origem da informação publicada no Jornal, referente ao salário.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

Explicou que, com a reformulação do Conselho de Administração, criou-se a Comissão de Remunerações. Voltou a referir que o pacote que tinha era de 362.000 bruto, líquido 254.000, e um *plafond* de telemóvel de 50 contos. Referiu que tinha um pelouro de contabilidade, financeiro e gestão de risco, pelo que a grosso modo não tinha contacto com a clientela. Ainda referiu que o colega que tinha a vertente comercial tinha um pacote de telecomunicações de 100 contos. Segundo o Dr. Péricles Silva, gastava em média 10 mil escudos e o colega 30 mil. A Comissão de Remuneração, após uma análise, fixou um limite atribuindo 30 contos para todos. Recebia também uma senha de combustível de 10 mil escudos.

Explicou que o subsídio de telemóveis era um pacote contratualizado com a Telecom, contava com a utilização, pelo que não estava indexado ao salário. Falou que em média gastava entre 6 e 7 mil escudos por mês. Referente ao combustível, disse que tinham um *plafond* com a ENACOL, que era pré-pago. Isso nunca entrou nas contas do salário.

Em relação ao salário do Presidente da Comissão Executiva, respondeu que, como tinha os pelouros de contabilidade e financeiro, ele é que preenchia e assinava os cheques. Nos primeiros salários que o Presidente da Comissão Executiva recebeu foi de 500 contos, mas, numa determinada altura, depois de uma reunião, ficaram na sala os dois portugueses e já no mês seguinte teve que assinar um cheque com valores entre 800 e 900 contos. Mas diz desconhecer como foi determinado o valor.

### **Senhor Paulo Soares, ex. Presidente do Conselho de Administração da Imobiliária, Fundiária e Habitat, S. A. – IFH:**

Sobre a pergunta colocada relativamente a grelha salarial dos administradores do Novo Banco, responde com dados constantes de uma nota que segundo ele foi dirigida em resposta a um ofício que a Senhora Diretora Geral do Tesouro na altura, representante do acionista Estado, tinha remetido ao Conselho da Administração do Novo Banco na altura informando sobre o pacote remuneratório e dá a conhecer os vencimentos constantes da lista:

- a. *“Presidente do Conselho de Administração: Vencimento base: 127.471\$00, outras remunerações: não havia, outros benefícios: direito viatura (tinha sido determinado em ata de 1/2/ 2011 que o Presidente do Conselho de Administração tinha um plafond para viatura de 5.500 contos. No entanto, disse que dispunha de informações em que não se chegou a adquirir a viatura;*
- b. *Presidente da Comissão Executiva tinha um vencimento base de 566.170\$00; outras remunerações 335.193\$00; outros benefícios: viatura, plafond de combustível e plafond de telecomunicações;*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

- c. *As outras remunerações incluíam despesas com o administrador, portanto em Cabo Verde, estamos a falar de arrendamento, despesas de estadia em Cabo Verde. Outros benefícios: viaturas com um plafond de 5500 contos; combustível plafond de 100 litros; telecomunicações: plafond de 100.000\$00;*
- d. *Administradores Executivos - Vencimento base: 368.889\$00; outros benefícios: viatura; plafond de combustível e plafond de telecomunicações. A viatura de serviço o plafond era de 4.600 contos; combustível: plafond 100 litros; Telecomunicações: plafond 100.000\$00;*
- e. *Para administrador Executivo Comercial e para o Administrador Executivo que tinham outros pelouros, vencimento de 50.000\$00;*
- f. *Administradores não Executivos: 85.472\$00, vencimento base, não tinha outros benefícios;*
- g. *Conselho Fiscal – Presidente 40.000\$00 vencimento base; restantes membros do Conselho Fiscal 30:000\$00;*
- h. *Presidente da Assembleia Geral: senha de presença por reunião de 20.000\$00 bruto e os dois vogais 10.000\$00.*

Ainda sobre a questão da grelha salarial, o Senhor Paulo Soares afirma que a mesma estava definida no Novo Banco na sua fase inicial. Afirma que das informações que lhes foram prestadas pelo Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco é que havia uma 1ª Comissão de remunerações, formada pelo Senhor Francisco Fonseca da Silva que era o Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco, o Senhor Emanuel Miranda, Ex-Presidente Executivo da Caixa Económica, e a Senhora Alcinda Duarte, que era da 1ª Comissão de remunerações e que, posteriormente, veio a ter uma segunda Comissão de remunerações.

Afirma também que o Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco, na altura, prestou declarações em Assembleia Geral, em como os montantes que tinham sido definidos na grelha salarial eram com o objetivo de contratação de técnicos que fossem capazes de levar avante o projeto do Novo Banco e por essa razão teria que ser criado um quadro salarial motivador para a instituição.

### **Senhor João Serra:**

*“ O Novo Banco foi criado com custos elevadíssimos, nada comparado com os bancos há já anos no mercado”.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

### c. *Desempenho das equipas de gestão:*

Sobre a concessão de créditos:

#### **Senhor Péricles Silva, ex. Administrador Executivo:**

*“Não havia pedido de crédito privilegiado. Tiveram um pedido de crédito que o Presidente do Conselho de Administração, português, achou que deveria alargar o leque e ter clientes vip. Neste âmbito, houve sim um crédito.*

*Não tinha créditos privilegiados, faziam análise de créditos como em qualquer outra situação.*

*Acima de 30 mil contos não tiveram créditos, mas existe um pedido de crédito que surge no Banco à volta de 15 mil contos que evoluiu para quase cerca de 30 mil contos, mas foi sendo concedido em tranches, parcelas, até atingir esse montante. Foi sendo concedido na base de utilização do manual de créditos que tinha vários escalões de decisões de créditos, nomeadamente os administradores tinham a prerrogativa, portanto a capacidade de concessão de créditos até um montante de cinco mil contos.*

*Excecionalmente poderia dar um crédito, porque o manual de crédito tinha regras. Mas, ele como Administrador atribuía esse montante aos clientes com história. O Presidente da Comissão Executiva vinha utilizando o manual de crédito, indevidamente, concedendo créditos descobertos até atingir esse montante.*

*Foram estruturando o Banco, como qualquer banco, criando as várias comissões de concessão de créditos, nomeadamente na base Comité de agências como pivôs, com um responsável de risco com um escalão, ou seja, um montante que poderia fazer a sua análise e concessão. Depois falou-se da existência de um escalão superior com um diretor de risco e um diretor Comercial responsável, Comissão Executiva, sucessivamente, até se chegar no Conselho de Administração, com os poderes delimitados por normativos que foram sendo criados.*

Relativamente às práticas do Presidente do Conselho de Administração, disse que não sabe se pode ser chamado de pressão, mas que ele tentava sim atrair os tais clientes vipes. Numa determinada altura ele veio de Lisboa e disse que tinha encontrado com o Dr. (?) que lhe fez uma resenha da necessidade para um projeto. Efetivamente, receberam o Dr. ..., mas depois de analisar o projeto e a garantia, o mesmo não foi para frente. Também receberam outro empresário encaminhado pelo Presidente do Conselho de Administração, que também não foi atribuído crédito. Referiu, igualmente, ao crédito atribuído para a compra do terreno em cidadela.

*“O crédito dado ao cliente que adquiriu o Terreno na cidadela, foi aprovado porque estava entre os 5 e 10 créditos atribuídos no início da atividade creditícia do Novo Banco.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*O crédito da cidadela foi atribuído porque estavam no início. Mas a partir de aí ele trouxe mais clientes que não foram contemplados.”*

### **Senhora Marly Cruz:**

*“Sobre o crédito concedido à ex. Ministra da Administração Interna, Senhora Marisa Morais, houve sim pressão para a atribuição do crédito no montante referido”.*

Ainda a declarante avança que *“tem quase a certeza que não houve qualquer denúncia dos atos do 1º PCA do Novo Banco, Senhor Francisco Fonseca da Silva à Procuradoria-Geral da República e que a rescisão do contrato com o mesmo foi de forma amigável”.*

### **Senhor João Serra:**

Relatou que *“há indícios fortes de más práticas por parte das administrações e o BCV já tem 6 (seis) processos contra os administradores em curso, porque a coisa pública deve ser muito bem gerida e cada um deve ser responsabilizado pelo seu ato.”*

### **d. Resultados da gestão de 2011-2017:**

O Estudo de Viabilidade inicial previa resultados líquidos positivos do Novo Banco já no segundo ano, embora com distribuição de dividendos só a partir do quarto ano, mas o Estudo atualizado, em 2012, previa resultados líquidos positivos só a partir de 2016.

A realidade é que o Novo Banco acumulou prejuízos, até à sua resolução em 2017. No primeiro ano de 2010 fechou o balanço com 20 mil contos negativos.

Em 2011, com 96 mil contos negativos. Em 2012, com 145 mil contos negativos. Em 2013, uma ligeira redução, com o saldo de 96 mil contos negativos. Em 2014, com 147 mil contos negativos. Em 2015, com 203 mil contos e, em 2016, os dados provisórios apontavam para 283 mil contos negativos, consequência da auditoria e da própria resolução.

### **Sobre esta matéria importa destacar as declarações dos representantes dos acionista e gestores do Novo Banco:**

### **Senhor Emanuel Miranda, ex. Presidente da Comissão Executiva da CECV:**

Em relação aos ganhos, afirmou que esperavam, sim, uma vez que se tratava de um projeto comercial em que a Caixa aplicou algum capital de forma seguro e com a devida remuneração.

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

Também, disse que tinha a plena noção de que não era possível atingir o “Break-even” de imediato, mas sim num longo prazo, de aproximadamente 10 anos, por se tratar de um projeto estratégico com as especificidades bancárias que tinha. Mas a caixa tinha a consciência clara que com os fundos disponíveis não era possível atingir o break-even em curto espaço. Temos exemplos de outros bancos aqui que só depois de muitos anos é atingiram o break-even”

### **Senhor Atelano Fonseca, ex. Presidente do Conselho de Administração dos CCV:**

*“Inicialmente, previa-se o resultado líquido positivo no segundo ano, mas ficou, também, assente que no segundo ano não haveria distribuição de dividendos. Os dividendos do segundo, terceiro e quarto anos iriam reforçar o capital social, aumentando as reservas. Só a partir do quinto ano é que se previam dividendos. Era preciso respeitar o rácio de solvabilidade.*

*Geralmente quando é um projeto novo e no sector bancário que é de risco, não há história de nenhum banco em Cabo Verde ter sido viabilizado e ter tido resultados positivos em menos de cinco anos.”*

### **Senhor Emanuel Gomes, ex. Presidente da Comissão Executiva do Novo Banco:**

Disse que teve a curiosidade de ver um outro banco da praça também que foi criado em 2008 e que só viria a ter resultados positivos em 2014, e conclui que os resultados negativos não impedem o banco de funcionar e nem é assim tão desastroso, que desastroso é quando se perpetua o negativo.

### **e. Posicionamentos do Banco de Cabo Verde sobre a gestão:**

Neste particular o **Senhor Carlos Burgo**, Ex. Governador do Banco de Cabo Verde afirmou que *“O Ministério das Finanças escolheu os administradores, mas não interferiu na supervisão do BCV. A interferência do Estado no sector financeiro é um grande risco e a dependência do Ministério das Finanças era um risco. A minuta que eu deixei refletia a situação do Novo Banco, que não era viável.”*

Ainda que, *“por exigência do BCV em 2012, houve o aumento de capital para seiscentos mil contos, repondo assim a legalidade, sem problemas de solvabilidade, mas mesmo assim, por ter já perdido o parceiro que representava a experiência – BPG - no negócio, acrescido da expansão do crédito, que não era da melhor qualidade em 2014, apodrecendo rapidamente, já não acreditava que podia o projeto ter viabilidades. Que já na conversão do plano de negócio efetivado em 2012, no sentido de este ser um verdadeiro banco, transmitiu pessoalmente ao Governo da época, através da Sra. Ministra das Finanças, o risco elevado que esta operação representava para o sistema financeiro nacional, porque não via no Banco também uma gestão qualificada à altura,*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*para o que se propunha, isto é, de entrarem no negócio do crédito e ser mais um banco no mercado. Estava claro que não havia mais espaço no setor para mais um banco.*

*Finaliza, dizendo que “uma boa coisa que aconteceu nesse País foi a privatização do sector bancário. Porque o crédito quer ser gerido de forma profissional e sem interferência política. O crédito nas instituições monetárias tem como contrapartida o dinheiro. O crédito tem de ser em função das oportunidades, de um lado – para os bancos – o lucro, e para quem é cedido, as oportunidades de negócios tem de ser bons, porque senão estaríamos a criar dinheiro sem o correspondente bons negócios e oportunidades, que comportariam riscos insuportáveis não só às instituições em si, mas também do sistema financeiro, bem como podíamos estar a mexer na estabilidade da própria economia”.*

Por seu turno, o **Senhor João Serra**, atual Governador do Banco de Cabo Verde, resume o posicionamento deste Banco sobre a gestão do Novo Banco:

*“Em resposta a um Deputado, disse que quando entrou no BCV foi-se inteirando do assunto e que iniciou as funções, praticamente, em janeiro de 2015. Não conhecia a situação do Novo Banco, mas pouco a pouco foi-se inteirando do assunto. Como tinha o pelouro da Supervisão das Instituições Financeiras, foi constatando a situação do Novo Banco e, como os números eram preocupantes, começou a promover reuniões, um total de 10 entre 2015 e 2016, tanto com a Senhora Secretária-Adjunta da Ministra das Finanças e Planeamento, como com a própria Senhora Ministra das Finanças e o atual Ministro, sendo 05 reuniões, do total, só com o atual Ministro das Finanças.*

*Salientou ter informado à Senhora Ministra das Finanças da situação crítica e que já dominava os mecanismos de interpelação pública para a resolução de crises bancárias e que o BCV iria agir em conformidade com a Lei.*

*Foi feito um aumento de capital, em maio de 2015. Um aumento que resultou devido a dois fatores: primeiro, a situação por que passava o Novo Banco e, segundo, uma exigência do próprio regulador, decorrente da atualização do capital social mínimo de todas as instituições financeiras, em 2015, para 800 mil contos. O Novo Banco tinha, na altura, 600 mil contos e aumentou, em maio de 2015, passando para 849 mil contos. Esse aumento trouxe alguma melhoria, inclusive do rácio prudencial, principal rácio de seguimento, atingindo o patamar regulamentar exigido, mas pouco tempo depois, final do ano, a situação já estava complicada. De modo que voltou a reunir com a Senhora Secretária de Estado-Adjunta da Ministra das Finanças e com a Senhora Ministra das Finanças, no dia 31 de Dezembro de 2015, em que a Secretária de Estado- Adjunta da Ministra das Finanças havia pedido mais 03 meses porque o Governo estava a estudar uma eventual parceria com uma instituição Africana, a Afriland, mas que ainda não tinha assinado o acordo e que precisava de algum tempo e o BCV respondeu negativamente porque a situação estava perigosa e preocupante. Se conseguissem, seria bom. Mas que o BCV iria atuar em conformidade. No dia 6 de janeiro de 2016, entrevistaram no Novo Banco, limitaram, consideravelmente, o âmbito de atuação do Novo Banco. Não podiam fazer depósitos a prazo, não podiam remunerar os depósitos a taxa superior à taxa média*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*de mercado, não podiam dar créditos a colaboradores (o que particularmente o Sr. Governador disse ser contra), não podiam aumentar qualquer tipo de benefício social, quer aos órgãos de gestão quer aos trabalhadores, e uma série de outras situações. Também, para créditos acima de 10 mil contos, tinham de ter uma autorização prévia do BCV. Afirmou que o BCV começou com isso porque a lei assim exigia e por ser um sistema gradativo. Começam com as medidas menos gravosas, tentando que produzam efeitos, e, uma vez que não produzam efeitos, vai-se agravando. Intervieram no Novo Banco a 6 de janeiro de 2016, aplicando as chamadas medidas corretivas. Também reduziram os salários dos gestores, tendo o BCV esse poder, porque ganhavam de forma desproporcional face à situação do Banco. Reduziram em 24%, por exemplo, o salário do Presidente da Comissão Executiva, que ganhava 475 contos e passou a ganhar 350 contos. Os demais, por arrastamento. Reduziram os plafonds dos telemóveis, de combustíveis e tudo, na expectativa de produzir algum efeito a partir daí. No entanto, houve eleições em março, houve também a realização de uma Assembleia Geral unânime dos acionistas, no mês de abril, onde se deliberou pelo aumento do capital social, no valor de 700 mil contos, a ser realizado em dois momentos, sendo um de 500 mil contos, ao longo de 2016, e um outro, de 200 mil contos, em 2017. Paralelamente, a Administração que foi aceite pelo BCV tinha que elaborar um plano de recuperação que passava pela recapitalização do Banco e pela alteração do modelo de negócio. O modelo de negócio que o Banco estava a operar até então não era viável não era sustentável e foram essas duas situações que colocaram ao Governo de então e ao novo Governo. Só a recapitalização não chegava. Porque recapitalizava-se, atingia-se um novo rácio e, pouco tempo depois, voltava-se à situação inicial.*

*O BCV foi sempre contundente neste particular: a recapitalização era necessária, mas não suficiente. Teria que haver, concomitantemente, a alteração do modelo de negócio. O Novo Banco foi criado nos termos da essência que o Governo, na altura, havia pronunciado, em que podia fazer qualquer tipo de negócio bancário. Era uma licença genérica, e não existia um outro tipo de licença. O Novo Banco podia fazer qualquer tipo de negócio, mas os documentos subjacentes, enviados ao BCV, estabeleciam que o enfoque deveria ser a economia social, micro e pequenos negócios, habitação social e etc. Isto não foi cumprido pelo Novo Banco. O Grosso dos créditos concedidos era de montantes superiores a 5 mil contos, cerca de 75%.*

*Como o Novo Banco não focou nos segmentos em que deveria focar e não recebeu em termos de funding linhas de crédito de instituições internacionais, linhas de financiamento, desatou-se a concorrer com os nacionais, remunerando funding e depósitos a uma taxa superior e atribuindo crédito, com critérios administrativos. Em conclusão, o Senhor Governador disse que a recapitalização seria uma condição necessária e tanto o anterior como o atual Governo foram informados, mas teria de acontecer, também, uma alteração do modelo de negócios concomitantemente com a recapitalização.*



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

O Senhor João Serra disse ainda: *“Enquanto eu estiver (em funções), não haverá mais bancos políticos em Cabo Verde. E deveriam seguir os critérios porque estão cientes das implicações que isso tem.”*

### V. SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO DO NOVO BANCO

#### a. Plano de recuperação de 2016:

O Conselho de Administração, que iniciou funções em janeiro de 2016, elaborou um Plano de Recuperação do Novo Banco, aprovado pelos acionistas, cujo objetivo era inverter a tendência de resultados negativos no horizonte de 2018 e repor os rácios prudenciais, através da recapitalização, da recentragem do negócio, da redução dos custos do funding e dos custos administrativos do Banco.

Nas suas declarações o Ministro das Finanças, **Senhor Olavo Correia**, disse: *“Os estudos que foram feitos em relação ao Novo Banco e com o parecer do BC enquanto autoridade, mas também conselheiro do Governo apontavam em como o plano de negócios era manifestamente insatisfatório para viabilizar a situação que o Banco vivia. Tanto assim é, que os resultados de 2016 de acordo com as correções que foram feitas as contas, foram os piores de sempre, cerca de duzentos e vinte cinco mil negativos, isto vem demonstrar que qualquer injeção de capital num banco que estava a servir desta forma com aquela estrutura, com aquele formato, seria deitar o dinheiro dos contribuintes no lixo, e eu enquanto Ministro de Finanças, enquanto governante não posso fazer isto.*

*Os dados de 2016 acabaram por confirmar que o plano de negócio que a administração tinha apresentado era insatisfatório para viabilizar o Novo Banco enquanto instituição.*

#### Declarações relativamente a esta matéria:

##### Senhora Cristina Duarte:

*“Para falar do plano de recuperação, permitam-me falar da evolução operacional ou bancária do Novo Banco e da sua evolução financeira. Se se analisar os dados bancários que o Novo Banco desenvolveu em 2011 e de 2012 a 2015, seguramente se conclui que o Novo Banco se afirmou. O ativo do Novo Banco cresceu em média anual 49%. A carteira de crédito representou em 2015 74% do ativo e mostrou um crescimento médio anual de 74%.*

*Em setembro de 2012, o Novo Banco atingiu, em termos de carteira, 43% de financiamento à economia social.*

*O crédito vencido esteve sempre abaixo da média do sector. Em 2013, 3,8% de crédito vencido contra 1,7%, em 2014, 6,2% contra 14% e em 2015 10% contra 3%.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*Analisando só esta componente operacional ou bancária, a meu ver, isto prova que o Novo Banco passou no exame mais difícil das instituições financeiras, o teste da confiança.*

*A questão legítima que se pode colocar é porque esta afirmação não se traduziu em sustentabilidade financeira.*

*Começamos com capital mínimo, o que dificulta.*

*Há fatores externos e internos.*

*Fatores externos:*

- 1. Valorização do dólar, que não é controlado, e este gerou perdas cambiais possíveis;*
- 2. Em termos de mobilização de financiamentos, o timing não se compadeceu com a necessidade de financiamento, ou seja, o tempo que elas ocorrem. Quando se deu conta desta dificuldade de mobilizar dinheiro de financiamento, começou-se a apostar mais em depósitos para manter a atividade económica.*
- 3. O BCV aumentou as exigências. Aumentou para 800 mil o capital mínimo.*

*Fatores internos:*

- 1. Evolução, quiçá, elevada dos custos administrativos. Houve aumento de 2013 para 2014. Em 2014 os acionistas impuseram um plafond para ordenar o quadro do aumento de custos administrativos.*

*Em 2015, o Estado passou a ser acionista maioritário, aumentando as suas responsabilidades para com o Novo Banco. Já tinha uma responsabilidade acrescida, porque o Novo Banco era instrumento de política económica, aumentou essa responsabilidade com aumento para 43% na estrutura acionista.*

*Em 2015, o Governo fez, mais uma vez, substituição no Conselho de Administração. Colocou um novo Conselho de Administração, em janeiro de 2016, e este coloca sobre a mesa um plano de recuperação em 03 anos. Quem analisou o plano de recuperação, veria que o Novo Banco continuaria com resultados negativos, apesar da capitalização de 500 e 200 mil contos, em 2016 e 2017, só tendo resultados positivos em 2018.*

*Era isto um problema? Não. O problema era a recapitalização ocorrer em 2016. O Novo Banco é um projeto em que eu acreditei e continuo a acreditar que, fosse o Governo do PAICV, teria tomado a decisão de recapitalização do Banco.*

*O plano apresentado em 2016 deu frutos. Em 2016 assiste-se a uma evolução de tendências. A questão que se coloca é porque não se apostou nessa evolução de tendência? O Conselho de Administração melhorou os resultados líquidos em 40%. Isto sem a recapitalização e com os condicionamentos e restrições do Banco Central, que não eram poucas. Restrições do lado do ativo e do lado do passivo. Mesmo sem recapitalização e com restrições do Banco Central, o Conselho de Administração, nomeado em janeiro de 2016, melhorou os resultados líquidos. Negativos, mas melhorou!*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*O plano de recuperação começou a dar frutos e cumpriu na íntegra os objetivos perspetivados?*

- 1. Redução dos custos de financiamentos;*
- 2. Redução dos custos Administrativos;*
- 3. E inversão dos resultados negativos;*

*Enquanto economista e financeira porquê perante essa situação de melhorias, equacionava ou equacionaria, alguma vez, o encerramento desse Banco?*

*Temos dificuldade de entender o Governo do MPD em encerrar o Banco, quando cumpriu na íntegra os objetivos do plano de recuperação.”*

### **Senhor Emanuel Gomes:**

Disse que fez parte do último conselho de Administração do Novo Banco. Que começou no NB no início de 2016 e esteve até março de 2017. Disse que quando chegaram ao Novo Banco, o objetivo principal era recuperar o equilíbrio financeiro do Banco, sabendo que o Banco já vinha enfrentando problemas e que era preciso dar a volta à situação. Disse que iniciaram com um plano de recuperação, que foi discutido com os acionistas e que também era do conhecimento do Banco de Cabo Verde. Segundo o mesmo, o plano tinha dois objetivos: em primeiro lugar, a recuperação e inverter a tendência de resultados negativos para positivos a partir de 2018.

O segundo desafio era a recapitalização do Banco, que também era do conhecimento do BCV, pois o Banco não respeitava os rácios prudenciais, sem os quais não podia funcionar.

Relativamente ao primeiro desafio que era a questão da inversão dos resultados, disse que estavam mais ou menos dentro do planeado, que conseguiram que os resultados fossem menos negativos, embora negativos. Disse que passaram de um resultado de 225.8 mil contos negativos em 2015 para 126.4 mil contos em 2016. Ressalva que eram dados provisórios, uma vez que estiveram no Novo Banco até Março de 2016 e não tiveram tempo cabal para fazer o fecho das contas. Para ele, havia também outros indicadores de gestão que mostravam que estariam no caminho planeado, isto é, em manter as coisas como estavam, em 2018 atingiriam resultados positivos.

Relativamente à recapitalização do Banco, disse que era da responsabilidade dos acionistas e que, desde o início, em uma Assembleia, apresentaram uma proposta inicial das necessidades, que foi aprovada. Um aumento, ainda em 2016, de cerca de 500 mil contos, que não aconteceu e, assim sendo, os rácios prudenciais continuaram a se degradar, continuaram a perder os fundos próprios, não se deu entrada dos quinhentos mil previstos e, com isso, também o rácio de solvabilidade degradou. Afirmou que ao não se conseguir os dois objetivos, não haveria como salvar o Banco.

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

Responde que sempre estiveram em contacto com os acionistas, e a Comissão Executiva fez reuniões com os acionistas e sobretudo informando-lhes das consequências da não recapitalização do Banco, sobretudo que todos os indicadores mostravam que estariam no caminho planeado, e que a carteira de crédito continuou a aumentar. Disse que os custos administrativos também diminuíram. Passaram do rácio *cost/income*, que são os custos operativos sobre o produto bancário. Em 2015, era superior a 400% e, em 2016, conseguiram descer para 150%, sendo que o mercado oscila a volta dos 80% e estava previsto que em 2018 estariam mais ou menos alinhados com os demais bancos do mercado, embora, hoje, todos os bancos têm o desafio de fazer baixar os custos operativos.

Afirma que das reuniões tidas com os acionistas, aqueles sempre lhe diziam que haveria de se encontrar uma solução. Acreditava que sim, que se encontraria uma solução. Que quando chegou ao mês de janeiro em que não se efetivou a realização, teve aquele sentimento de que alguma coisa de má estaria a acontecer e disse que depois de janeiro começou a questionar os acionistas sobre a situação e de uma possível intervenção do Banco de Cabo Verde. Afirma ainda, que, mesmo sem os acionistas, acreditou que poderia encontrar uma solução através de parceiros que pudessem entrar com capital, caso os acionistas não estivessem na disponibilidade de o fazer.

### **b. Posicionamento do BCV sobre o novo plano de recuperação do Novo Banco:**

Na sua declaração o **Senhor João Pinto Serra**, Governador do BCV, sintetiza assim a posição do Banco Central sobre o plano de recuperação do Novo Banco:

*“No dia 06 de Abril de 2016, o Novo Banco enviou ao BCV o primeiro draft do plano de recuperação, dando a conhecer as dificuldades por que passava o Novo Banco, evidenciando os fatores que estiveram na origem da degradação da situação económica e financeira do Banco na perspetiva da nova administração do Novo Banco. Passa a citar o referido documento “1 - a estratégia desajustada do modelo de negócios com consequências graves na descapitalização da instituição e a de todos os indicadores de ordem prudencial; 2 – exageradas remunerações de depósitos praticadas ao longo dos anos; 3 – o aumento contínuo dos custos de funcionamento; 4 – agravamento dos riscos de créditos e da exposição cambial.*

*Face a esse contexto, o plano prevê reverter a situação com dois grandes desafios: primeiro, a inversão da tendência dos resultados ao nível da atividade ativa e passiva e, segundo, a recapitalização do Banco prevista para 2016 e 2017, injetando mais 700 mil contos.” O BCV analisou o plano e considerou-o insuficiente porque, na perspetiva do BCV, o documento foi omissivo relativamente à identificação de mecanismos e medidas que permitissem, a prazo, o Novo Banco contornar a sua situação grave de equilíbrio financeiro, ou seja, no plano que foi enviado constatou-se, da análise que foi feita pelo BCV, que não existiam: 1- mecanismos e medidas que visassem a redução do risco; 2- mecanismos e medidas que visem o controlo da alavancagem da instituição de crédito;*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*3- Mecanismos e medidas que visem a redução da estrutura de custos da instituição, nomeadamente os custos de funcionamento e de funding e 4- mecanismos e medidas que visem a reestruturação das linhas de negócios. Por causa disso, o BCV devolveu o draft ao Novo Banco, com esses subsídios para serem incorporados. Porém, o plano não foi remetido novamente para o BCV, também porque, eventualmente, a sua componente mais importante, que tinha a ver com a recapitalização, não ocorreu.”*

Prosseguindo com os esclarecimentos o Senhor João Serra declarou: “*Em Maio de 2015 os acionistas deliberaram aumentar o capital social do Novo Banco passando de 600 para 849 mil contos e o Estado não entrou com imóveis mas sim cash com dinheiro. No dia 5 de Junho de 2015 o Estado entrou com a parte que lhe cabia, na totalidade, no valor de 149 mil contos. No entanto em 2015 parte desses imóveis foi comprado pelo Novo Banco ao Estado e que para o BCV era indiferente. O BCV não aceita imóveis como entrada de capital social a lei não permite. O BCV aceita que instituições financeiras adquiram imóveis para o uso próprio e havia um filtro, nunca ser superior a 100% dos fundos próprios. Os imóveis que foram adquiridas na altura pelo Novo Banco no valor de 101 mil contos não ultrapassavam esse rácio nos termos legais. Se utilizou um expediente, não lhe cabe julgar e que o BCV agiu corretamente. Não era estapafúrdia do Governador e as transações foram feitas em momentos diferentes.”*

### VI. SOBRE A RESOLUÇÃO DO NOVO BANCO

#### a. Decisão do Banco de Cabo Verde

Sobre a resolução do Novo Banco:

A ex. Ministra das Finanças, **Senhora Cristina Duarte**, disse: “*o encerramento do Novo Banco surpreendeu muita gente, acionistas, os próprios quadros do Novo Banco, e surpreendeu, não porque o Governo não tenha vindo a informar, porque os dossiês foram tratados com algum sigilo, mas surpreendeu porque já era de conhecimento dos funcionários que o plano de recuperação já estava a resultar. Por isso que os apanhou de surpresa. A nova Administração entrou em janeiro de 2016, conseguiu galvanizar os quadros em torno da recuperação do Novo Banco. Não é por acaso que conseguem esses resultados, apesar das posições adversas, porque aí juntou-se um espírito de equipa, para que de facto recuperassem o Novo Banco, e estavam a conseguir. Portanto, a decisão foi uma decisão contramaré. Havia porta entre aberta com Afriland, e houve uma carta do BIDC, que define uma linha de crédito, a dizer que concordavam em transformar a linha de crédito em participação acionista, portanto deu seu acordo de princípio, só que não poderia fazer de uma vez, porque o regulamento interno não o permitia, tendo em conta o montante da linha de crédito e que teria que fazer em dois momentos, 50% no momento e 50% mais tarde, ou seja, o Novo Banco é encerrado num contexto em que há várias alternativas de soluções sobre a mesa. Mas, para além disso,*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*há uma inversão de tendência, por isso que acho que a decisão foi um bocado contramare.*

*Quanto à estancar mais perdas para o INPS. O INPS tinha dois tipos de participação no Novo Banco. Capital- como sabem era um acionista e tinha depósitos. A nível do capital, havia, portanto, perdas potenciais, os depósitos estavam lá. Porque isto é um bocado contabilístico. Isto não é magia. Como é que a CECV vai recuperar, não é por magia. A decisão de encerrar o Novo Banco fez transformar as perdas potenciais em perdas reais. O INPS incorreu em perdas quando se encerrou o Novo Banco. Nós sempre dissemos que as aplicações financeiras do sistema de previdência social são aplicações de médio e longo prazo. O INPS é uma instituição muito líquida, que decorre da estrutura demográfica de Cabo Verde.*

*Estancar perdas não, a decisão de fechar o Banco é que realizou as perdas. Se de facto o Governo do MPD tivesse apostado no Novo Banco, tivesse recapitalizado, tivesse permitido que aquela inversão se consolidasse, em 2018 o INPS não estaria com perdas potências, atingiria os resultados e estaria com ganhos. E foi essa perspetiva de médio e longo prazo que acho que falhou na decisão do atual Governo. A sensação que eu tenho, é que o atual Governo pegou do bebé, da água do banho do bebé e jogou tudo pela janela fora. Foi a água do banho e foi o bebé. De facto, o Novo Banco era um bebé. A sensação é que jogou tudo pela janela fora, o bebé e a água do banho do bebé.”*

Por seu turno, o atual Ministro das Finanças, **Senhor Olavo Correia**, declarou:

*“Os estudos que foram feitos em relação ao Novo Banco e com o parecer do BC enquanto autoridade, mas também conselheiro do Governo apontavam em como o plano de negócios era manifestamente insatisfatório para viabilizar a situação que o Banco vivia. Tanto assim é, que os resultados de 2016 de acordo com as correções que foram feitas as contas, foram os piores de sempre, cerca de duzentos e vinte cinco mil negativos, isto vem demonstrar que qualquer injeção de capital num banco que estava a servir desta forma com aquela estrutura, com aquele formato, seria deitar o dinheiro dos contribuintes no lixo, e eu enquanto Ministro de Finanças, enquanto governante não posso fazer isto.*

*Os dados de 2016 acabaram por confirmar que o plano de negócio que a administração tinha apresentado era insatisfatório para viabilizar o Novo Banco enquanto instituição.*

*Os dados apontam para irregularidades graves na gestão, não vou aqui comentar constam dos documentos, o Banco Central está a atuar, a Procuradoria-Geral também. Irregularidade graves de gestão, incumprimento de todos os rácios prudenciais e de solvabilidade, o Banco estava numa situação calamitosa e não era compatível e compatível com mais injeção de capital da parte do Estado, que são recursos dos contribuintes que pensamos podia ser melhor alocado e estamos a fazer melhor utilização desses recursos.*

*A resolução foi a melhor medida, o Banco nunca devia ter sido criado, mas nós não podíamos deixar que a situação continuasse e que depósitos pudesse não poder fazer*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*levantamento por causa da situação financeira e de solvabilidade que o banco passava na altura.*

*A resolução foi a solução mais adequada e quero aqui parabenizar o Banco Central, na pessoa do seu Governador pela forma como conduziu o processo. Conseguimos proteger todos os depositantes, inclusive o INPS enquanto depositante através de uma operação que fizemos de cedência de imóveis, poderá, esperemos que sim recuperar os seus depósitos. E, assim apenas os acionistas ficaram com prejuízos mas são prejuízos gerados ao longo dos anos, desde a criação da própria instituição. Foi a melhor solução, foi bem conduzido o processo, evitamos qualquer contágio do sistema financeiro, não há risco de reputação e de refutabilidade do sistema financeiro cabo-verdiano, tudo foi protegido inclusive o INPS.*

*A perda efetiva é de um milhão e duzentos e cinquenta mil contos, a perda potencial é de quase dois milhões de contos, incluindo depósito do INPS mas que pela via da gestão da carteira da dívida que foram transferidas, este risco, esta perda, tenderá a ser minimizada no máximo possível, esperemos que seja mínimo se não nulo para o INPS em prol dos contribuintes e de todos os cabo-verdianos.*

*O Estado de Cabo Verde ficou a perder, não só o seu capital, mas também, sete mil contos de obrigações subordinadas que foram subscritas pelo INPS com aval do Estado, porque o INPS não confiava na operação só meteu dinheiro porque o estado lhe deu um aval e um financiamento do Banco B IDC ao NB, com aval do Estado, totalizando uma perda efetiva para o Estado, de setecentos e oitenta e cinco mil contos, enquanto prejuízo.*

*Era preferível estancar a hemorragia financeira de que continuar a injetar recursos sem qualquer garantia em relação à viabilidade económica e financeira desta instituição.*

*A única vítima deste processo são os trabalhadores, são pessoas competentes que são vítimas da má gestão, vítimas da não prestação do Banco, vítimas de não seguimento do Banco por parte dos acionistas e a solução era a resolução e foram indemnizados, nos termos da lei e demos instrução a todas as instituições do Estado para que deem prioridade na contratação em relação ao pessoal do Novo Banco. Muitas já estão a trabalhar no Ministério das finanças, em instituições privadas, são pessoas competentes e com o tempo seguramente encontrarão mercado de trabalho no sistema bancário ou em instituições privadas.*

*Nós temos que aprender com os erros. Não podemos transferir a gestão da política pública no domínio do financiamento da economia para os bancos, concedendo bonificação de juros sem pagar, refletindo no sistema financeiro, com prejuízo para os bancos de dois milhões de contos acumulados nos dois bancos sem pagar e passando a responsabilidade do risco aos depositantes como foi o caso do Novo Banco.*

*Qualquer política do Estado tem que ser transparente, tem que constar do OGE, devem ser utilizadas instituições existentes já com rede instalados que conhecem o negócio, podendo o Estado facilitar através de bonificações, partilhas de riscos e outros incentivos, que pode ser criado para o efeito, sem que o Estado transfira o risco da sua intervenção para os depositantes como foi o caso do Novo Banco.*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*Todas as irregularidades cometidas já foram reportadas às autoridades competentes, Banco Central e Procurador.*

*O Governo anterior constatou que havia indícios de má gestão, denunciou o contrato mas não deu o passo seguinte, que era colocar todas essas informações de uma potencial má gestão, nas mãos das autoridades para investigarem”.*

### **VII. SOBRE A DIVULGAÇÃO DA LISTA DE DEVEDORES DO NOVO BANCO**

#### **a. Lista publicada nos jornais**

O Jornal a Nação publicou, no seu n.º 498 de 16 de Março de 2017, uma lista de 50 devedores do Novo Banco, com os respetivos montantes em dívida. Quem terá sido responsável pela quebra do sigilo bancário?

#### **b. Depoimentos dos jornalistas:**

**Senhor Alexandre Semedo**, Diretor do Jornal A Nação:

Afirmou que tudo o que tinha para dizer sobre o processo Novo Banco foi publicado no jornal A Nação n.º 498 e 499. Esclareceu que eles (os profissionais do jornal) fizeram o seu trabalho de investigação, visto que o Novo Banco é uma instituição pública. E assim sendo, entenderam que deviam informar os seus leitores o que acontecia naquela instituição pública. Que foram motivados pelo interesse público.

... À pergunta, respondeu que o jornal não violou o sigilo bancário, porque não tem o objetivo de proteger qualquer pessoa. Que eles fizeram os seus trabalhos de investigação, tendo constatado que o Banco não estava a cumprir a missão pela qual foi criado, ou seja, o de financiar os pequenos empresários. Disse, ainda, que os funcionários bancários é que devem proteger os dados bancários.

... Disse que a fonte era o Ministério das Finanças sem referir o nome da pessoa.

**Senhor Daniel Almeida**, Jornalista do A Nação:

Sobre a questão, disse que mantém na íntegra tudo aquilo que escreveu, nomeadamente a fonte que cita no referido Jornal. Socorreu do amparo constitucional consagrado no n.º 8 do artigo 60.º da Constituição da República de Cabo Verde, para dizer que não revela as suas fontes de informação que caracteriza de sagradas.



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

### **Ministro das Finanças, Senhor Olavo Correia:**

*“O Ministério das Finanças tem centenas de trabalhadores em todo o Cabo Verde. Não há nada do Ministro e nenhuma informação que saiu por parte do Ministro ou mandado por parte do Ministro.*

*O sigilo bancário é uma questão de consciência profissional, garante de forma sincera que a fonte não é nem do Ministro, nem de nenhuma estrutura que depende do Ministro, mas não controla as informações que circulam.*

*Quem se sentir lesado por causa desta informação que saiu no jornal, pode recorrer aos tribunais, à Comissão Nacional de Proteção de Dados, que já interveio, já fez análises, já fez os relatórios, para caso houver violação que as responsabilidades sejam assacadas.*

*No processo de resolução muitas informações circularam.*

*...A informação não é produzida no Ministério das Finanças. No quadro do processo da resolução, o Ministro das Finanças teve acesso a um conjunto de informações em relação ao Banco.*

*Era necessário proteger os depositantes, os clientes, o sistema financeiro, para viabilizar a operação com sucesso”.*

Garante que as informações, que são confidenciais, não foram partilhadas com mais ninguém no Ministério. Recebeu informações eletronicamente, em suporte papel e em todos os suportes.

Concluindo dizendo: *“o segredo bancário é uma coisa nobre, a informação não deveria ter saído, mas não tem absolutamente nada a ver com isso.*

*Quem fez publicar a informação tem que assumir as responsabilidades”.*

### **c. Decisão da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)**

#### **Senhor Faustino Monteiro, Presidente da CNPD:**

Alegou que, ao abrir um processo de contraordenação, averiguou as provas, colheu as informações, fez inquirição de algumas pessoas, principalmente os funcionários do Novo Banco e também do Banco de Cabo Verde e chegou à conclusão de que efetivamente as disposições legais em matéria de proteção de dados tinham sido violadas, sobretudo o tratamento na modalidade de comunicação, isto é, a CNPD chegou a conclusão de que houve alguma comunicação de informações contendo dados pessoais, que não deveria ter sido feita. Concluiu, disse o Presidente, com um processo que é público e o desfecho foi a condenação ao BCV e ao Novo Banco pelas contraordenações que na altura se verificaram.

Acrescentou que esses dois arguidos discordaram da decisão, pelo que considera ser isso próprio do procedimento judicial e do Estado de Direito Democrático, em que se deve dar a possibilidade de recurso a quem discordar das decisões, quer sejam dos tribunais ou de

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

outras entidades publicas. Daí que o processo neste momento se encontra nos tribunais, à espera de decisão final.

“... Segundo o depoente, a primeira coisa que a CNPD fez foi saber se, efetivamente, o nome das pessoas singulares que constavam nos jornais eram ou não clientes do Novo Banco, porque quem deveria ter estes dados em primeira mão era o Novo Banco, visto ser o responsável pelo tratamento. Foi a referida instituição que determinou a finalidade de tratamento destes dados e também disponibilizou os meios para esse tratamento e constataram que, efetivamente, os nomes publicados no Jornal a Nação constavam da base de dados do Novo Banco.

*“...Tentaram saber se havia outra entidade que deveria ter essas informações e pela Lei o BCV poderia ter acesso a essas informações. Após terem averiguado se a partir dessas bases de dados as informações poderiam ter saído destas duas instituições, constataram que houve comunicações que já não se enquadravam com as disposições legais emanadas pela proteção de dados da CNPD e concluíram o processo, aplicando coimas às duas instituições por serem elas responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no caso concreto.”*

### **d. Sobre a decisão da CNPD**

**Senhor João Pinto Serra-** Governador do BCV declarou:

*“A Comissão Nacional de Proteção de Dados acusou o BCV de ter violado normas legais e aplicou 03 coimas ao BCV, no valor de 03 milhões de escudos, porque incorreram em três infrações, e uma ao Novo Banco. Diz não ser jurista, mas não concordou, alegando que a lei é clara. Quando se inicia uma medida de resolução a um banco, o aplicador BCV faculta todos os dados, sem restrição, aos potenciais interessados e a esses não se opõe o sigilo profissional previsto no artigo 53.º da Lei de Bases. Como é que se compra um Banco se não se estuda qual o seu ativo, o seu passivo, a sua situação? O Senhor Governador acha que o BCV não incumpriu em nada. A Caixa Económica e o BCA só podiam mostrar-se interessados e apresentar uma proposta se conhecessem a situação do Banco. Desse modo, recorreram da decisão.*

*Disse que também partilharam dados sensíveis com o Ministro das Finanças porque fazem parte do processo, porque a lei de Bases no seu artigo 49.º, nº3, diz que a aplicação da medida faz-se em articulação com o membro do Governo responsável pela área das finanças para ver se há algum interesse público a ser acautelado e, havendo interesse e possibilidade, deveriam ser salvaguardados em portarias. O Ministro não poderia dizer que iria salvaguardar os depósitos do INPS se não conhecer, tinha de conhecer porque a lei estabelece.*

*Sobre a lista disse que o jornalista por duas vezes referiu a sua fonte e que o BCV enviou um conjunto de informações ao Ministro das Finanças a seu pedido para poder também estruturar conjuntamente com o BCV a medida, estava inclinado em suportar parte dos depósitos do INPS, mas só não tinha folga orçamental não o fez. O Sr. Ministro das*

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

*Finanças também está restrito ao sigilo como todos. Disse que a CNDP não agiu bem e que recorreram da decisão.”*

### VIII. CONCLUSÕES FINAIS

Das declarações dos senhores auditados nas sessões da CPI-NB, devemos concluir o seguinte:

1. A decisão da criação do Novo Banco foi uma decisão política do Governo do PAICV;
2. A criação do Novo Banco surge num contexto em que o então Governo de Cabo Verde considerava fundamental a densificação do tecido empresarial, as micro, pequenas e médias empresas e tinha como foco a facilitação do acesso ao crédito às pequenas iniciativas empresariais do sector informal excluídas do sistema bancário;
3. O Novo Banco nunca deveria ter sido criado como foi, isto é, com o capital inicial mínimo de trezentos mil contos, permitindo que “no dia seguinte à sua criação já estivesse numa situação de necessidade de reposição dos fundos próprios”;
4. A criação do Novo Banco, em setembro de 2010, foi precedida da elaboração de um Estudo de Viabilidade em 2009 pelo parceiro estratégico selecionado pelo Governo, o Banco Português de Gestão, e de um parecer favorável, mas não vinculativo à data do Banco de Cabo Verde;
5. A escolha do BPG foi motivada pelo simples facto de acreditar que detinha o conhecimento na matéria e para o fim que se pretendia com o Novo Banco;
6. O BPG recebeu do Estado, para a realização de estudos, cerca de trinta e dois mil contos dos contribuintes. Vários pontos dos diversos estudos de viabilidade eram irrealistas como ficou demonstrado pela realidade vivida pelo Novo Banco. Existem indícios, que podem confirmar crimes, vários processos de contraordenação que foram instaurados pelo Banco Central, auditoria do BCV que relatam irregularidades, desconformidades, má gestão, abuso, etc;
7. O Governo convidou para integrar a estrutura acionista inicial do Banco, o INPS, a CECV, os CCV e a IFH;

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

8. Segundo os auditados que fizeram parte dos CA das Empresas Públicas referidas em 7, a decisão de participação foi livre e devidamente ponderada;
9. Os acionistas decidiram iniciar com um capital social de trezentos mil contos, o mínimo legal exigido na altura;
10. Essa subcapitalização, a não verificação do pressuposto das receitas da prestação de serviços de consultoria em *corporate finance* e os resultados líquidos negativos de 2010 e 2011 motivaram a revisão e atualização do Estudo de Viabilidade em 2012, e um consequente e necessário aumento de capital social para seiscentos mil contos;
11. Comparando os pressupostos básicos do Estudo de Viabilidade, confirma-se que no Novo Banco houve desvio do objecto inicial, não obstante ser um Banco de caris universal, conforme a lei em vigor na altura da criação do Banco;
12. É completamente falso que o Novo Banco foi um Banco Social, não existiu e nem existe ainda hoje um banco social em Cabo Verde;
13. Existem bancos comerciais, que têm autorização formal para fazer todos os negócios e que podem ter mandatos específicos, mas não há nenhuma autorização em Cabo Verde para criar banco social. Na altura o Novo Banco não foi, não é e nem poderia ser um banco social porque não era detido pela instituição de economia social;
14. Os Estatutos e a Portaria nº 9/2010 que autoriza a criação do Novo Banco confirma que o Banco tinha autorização para praticar as operações permitidas pela lei aplicável, portanto o Novo Banco era Universal embora com o foco estratégico na economia social e no combate à exclusão financeira dos segmentos da população de menor rendimento e das micro e pequenas empresas. Os dados disponíveis comprovam que a maioria dos créditos concedidos não foram para esses segmentos;
15. Os ex. administradores são unânimes no sentido de que para se atingir o nível de produto bancário necessário para viabilizar o Banco, ele tinha de conceder créditos aos outros segmentos da economia;
16. O Estudo de Viabilidade de 2009 recomendava um capital social de 750.000 contos para o arranque do Banco e aumentos sucessivos até estabilizar em 2.000.000 de contos. Contudo, os acionistas decidiram iniciar com um capital social de 300.000 contos, o mínimo na altura exigido pelo Banco de Cabo Verde;

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

17. Ficou provado que o Governo anterior nunca capitalizou o Banco de forma adequada, aliás nas últimas alterações do capital, apenas o Governo e o INPS seguiram o aumento, os outros bancos e parceiros já não confiavam na instituição, e por isso provisionaram a cem por cento as ações do Novo Banco. Nunca foi capitalizado, portanto havia um problema inicial de capital que era manifestamente insuficiente;
18. Relativamente ao aumento de capital através da contabilização de imóveis a isto chama-se malabarismo contabilístico, ou seja, em vez de realizarem capital social com dinheiro, venderam os imóveis ao Novo Banco. Isto é uma irregularidade, porque não se pode realizar capital social com imóveis em um banco, a não ser para o seu estrito uso enquanto instituição bancária;
19. Havia um plano de capitalização da empresa, no segundo ano o capital deveria chegar aos novecentos mil contos, retirando os resultados negativos, e chegar no quinto ano a dois milhões de contos;
20. Esses aumentos de capital foram, contudo, insuficientes para cobrir os sucessivos resultados líquidos negativos e manter os rácios prudenciais nos níveis mínimos exigidos pelo BCV. A consequente degradação da situação do Banco levou à intervenção do BCV em janeiro de 2016 condicionando o exercício da sua atividade;
21. Nunca se conseguiu um parceiro estratégico credível e disponível em investir no Novo Banco, que permitisse viabilizar a instituição financeira;
22. No mês de janeiro de 2016 os acionistas designam um novo Conselho de Administração do Novo Banco com a missão de recuperar o seu equilíbrio financeiro. Em abril, a Assembleia Geral do Novo Banco aprovou o Plano de Recuperação proposto pela nova administração com três eixos: diminuição dos custos do funding e dos custos administrativos, recentragem do negócio e aumento do capital social de 500.000 contos em 2016 e 200.000 contos em 2017. O plano de reestruturação foi submetido ao BCV, tendo o BCV solicitado ao Conselho de Administração do Novo Banco o seu aprofundamento;
23. Os dados de 2016 acabaram por confirmar que o plano de negócio que a administração tinha apresentado era insatisfatório para viabilizar o Novo Banco enquanto instituição;
24. Em dezembro de 2016 o acionista Estado comunicou ao BCV a sua decisão de não realizar o aumento de capital do Novo Banco, por não acreditar na sua recuperação e por considerar que a recapitalização seria um desperdício de recursos financeiros. O acionista CAIXA e o próprio BPG (que fez os

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

primeiros estudos sobre a criação do Novo Banco) demonstraram desinteresse em aumentar o seu capital no projeto. Com a decisão dos acionistas em não acompanhar o aumento de capital, não houve alternativas outras, senão avançar com o processo de resolução do Novo Banco;

25. Confirmou-se que a atitude excessivamente centralizadora do primeiro Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco, indicado pelo Banco Português de Gestão para dirigir a sua instalação, criou dificuldades no funcionamento da administração, ao ponto de dois dos administradores executivos manifestarem junto da Ministra das Finanças o seu desacordo e desconforto com os seus métodos. Esse posicionamento acabou por conduzir à sua substituição e à rescisão do contrato com o BPG, de forma amigável;
26. O Governo anterior constatou que havia indícios de má gestão, denunciou o contrato mas não deu o passo seguinte, que era colocar todas essas informações de uma potencial má gestão, nas mãos das autoridades para investigarem;
27. Os Administradores confirmaram que haviam processos que eram despachados diretamente pelo PCE e que só tomavam conhecimento;
28. O Presidente da Comissão Executiva tinha um vencimento base de 566.170\$00; outras remunerações de 335.193\$00; outros benefícios como sejam: viatura, plafond de combustível e plafond de telecomunicações. O PCE recebeu salário astronómico no valor de 900 contos e escondido dos Administradores. Para um Banco Social e à nascença é impensável alguém receber salário neste montante;
29. A redação do Jornal A Nação confirmou que a sua fonte de informação para a elaboração do artigo publicado no seu número 498 que divulgou uma lista de devedores do Novo Banco e o respetivo montante de crédito é do Ministério das Finanças, mas não revelou a sua fonte em concreto, como era de se prever. No entanto, muitas das personalidades inquiridas pela CPI apresentaram dados que diferem e muito daqueles que constam no artigo nº 498 do Jornal A Nação;
30. A Comissão Nacional de Proteção de Dados, após averiguações, entendeu que as únicas entidades que legalmente podiam ter acesso aos dados dos clientes do Novo Banco era o próprio Banco e o BCV. O Ministro das Finanças deixou claro que a fonte dos dados que chegou ao Jornal A Nação não foi o Ministério das Finanças;
31. A solução encontrada pelo Governo foi a melhor pois não se pode criar um banco sub-capitalizado e transferir todo o risco para os depositantes. “O risco

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

era de qualquer dia um depositante ir ao banco e não conseguir levantar o seu dinheiro;”

32. A Resolução foi a solução mais adequada. O Banco Central conduziu o processo de forma responsável e serena, evitando qualquer contágio do sistema financeiro, não havendo risco de reputação e de refutabilidade do sistema financeiro cabo-verdiano. Conseguiu-se proteger todos os depositantes, inclusive o INPS, enquanto depositante através de uma operação de cedência de imóveis, em que se poderá recuperar os depósitos. Assim, apenas os acionistas ficarão com prejuízos, os quais gerados ao longo dos anos, desde a criação da própria instituição. A sociedade cabo-verdiana não sentiu a retirada do Novo Banco do sistema financeiro Cabo-verdiano.

### **IX – RESULTADOS DE VOTAÇÃO**

As propostas de conclusões do presente Relatório foram analisadas e debatidas pela CPI, tendo sido aprovadas com os votos favoráveis dos Senhores Deputados Armindo João da Luz, Hélio de Jesus Pina Sanches, João Gomes Duarte, Lúcia Maria Mendes Gonçalves dos Passos, Luís António Gomes Alves, do MPD e com votos contra dos Senhores Deputados Manuel Inocêncio Sousa, Nuias Mendes Barbosa da Silva, José Jorge Monteiro Silva, do PAICV.

### **X – DECLARAÇÕES DE VOTO**

#### **Declaração de Voto dos Deputados do PAICV**

- A. Os Deputados do PAICV votaram contra as conclusões do Relatório CPI – Novo Banco porque entendem que este documento deve expressar de forma objetiva o que efetivamente se concluiu ou foi permitido concluir da consulta da documentação disponível e das audições, e não aquilo que, politicamente, uma determinada maioria numa Comissão Parlamentar de Inquérito pretender.
- B. Os Deputados do PAICV, estribados na análise objetiva das audições e da vasta documentação fornecida, apresentaram à Comissão uma proposta estruturada de conclusões para o Relatório da CPI -Novo Banco. Contrariamente, os Deputados do MPD preferiram seguir um outro caminho, o da especulação, baseada apenas nas

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

- declarações, isto é, opiniões, do Senhor Olavo Correia, não obstante as mesmas não estarem fundamentadas por documentação.
- C. Os esforços e tentativas dos Deputados do PAICV para se discutir tecnicamente o que de facto ficou provado, ou não, durante as sessões não lograram o sucesso desejado, pois os Deputados do MPD não se disponibilizaram para tal, preferindo impor o seu sentido, através da sua maioria.
- D. É cristalino que quem lê o Relatório que ora se apresenta e lê as conclusões do mesmo fica com a nítida sensação que as duas coisas não se conjugam, pois, o corpo do Relatório não permite de forma alguma tirar grande parte das conclusões extraídas, da forma como foram.
- E. Por exemplo, no ponto três das conclusões, os Deputados do MPD extraem o seguinte: *“O Novo Banco nunca deveria ter sido criado como foi, isto é, com o capital mínimo de 300 mil contos, permitindo que no dia seguinte à sua criação já estivesse numa situação de necessidade de reposição dos fundos próprios”*. Obviamente que quem lê o Relatório não pode concordar com tal conclusão, pois, além de não ser verdadeira, ela é forçada e imbuída de má-fé, ante os resultados do inquérito e das audições.
- F. Praticamente todas as personalidades ouvidas foram unânimes em como em 2008-2010 havia pertinência na criação do Novo Banco, que fazia sentido e era esperado pelo mercado das micro, pequenas e médias empresas. Aliás, o próprio parecer do BCV, favorável à criação do Banco e favorável ao capital proposto para arranque, é conclusivo quanto à pertinência da criação do Novo Banco, em 2010.
- G. A única voz que destoou dessa perspetiva consensual foi a do Senhor Olavo Correia. E os Deputados do MPD, socorrem precisamente dessa declaração para extrair a referida conclusão. Basta ver a declaração do Senhor Olavo Correia, na página 6 do Relatório, para se concluir que sequer foram alteradas. Este é apenas um exemplo de conclusões artificiais, forçadas e baseadas apenas nas opiniões subjetivas do Senhor Olavo Correia. Na mesma linha encontram-se as conclusões números 6, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 31 e 32.
- H. Assim, perante o enviesamento e a artificialidade das conclusões do presente Relatório, tendo em conta a sua elevada subjetividade e parcialidade, aos Deputados do PAICV não resta outra alternativa senão a de expressar, frontalmente, a sua discordância perante as mesmas e lavrar a presente declaração de voto e protesto, demarcando-se do sentido das conclusões do presente Relatório.



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

- I. Para os Deputados do PAICV, daquilo que resulta das audições em sede da CPI e da prova documental recolhida, as únicas conclusões passíveis de serem extraídas são as seguintes:
1. A decisão política de criação do Novo Banco surge num contexto em que o Governo de Cabo Verde considerava fundamental a densificação do tecido empresarial, as micro, pequenas e médias empresas e tinha como foco a facilitação do acesso ao crédito às pequenas iniciativas empresariais do sector informal excluídas do sistema bancário. Essa medida de política económica, fez parte de um conjunto de medidas em que se incluía a criação da ADEI, da CV Garante, entre outras, no mesmo sentido.
  2. A criação do Novo Banco, em setembro de 2010, foi precedida da elaboração de um Estudo de Viabilidade em 2009 pelo parceiro estratégico selecionado pelo Governo, o Banco Português de Gestão, e de um parecer favorável do Banco de Cabo Verde. A escolha do BPG foi justificada pela Ministra das Finanças de então nas suas declarações transcritas acima.
  3. O Governo convidou um conjunto de parceiros para integrar a estrutura acionista inicial do Banco, o INPS, a CECV, os CCV e a IFH, cuja escolha foi também justificada pela ex. Ministra das Finanças nas suas declarações transcritas acima. Os representantes dessas instituições afirmaram, todos, que a decisão dos respetivos Conselhos de Administração de participarem na constituição do Novo Banco foi tomada livremente, sem qualquer pressão do Governo e depois de uma análise e discussão aprofundada do Estudo de Viabilidade.
  4. O Estudo de Viabilidade de 2009 recomendava um capital social de 750.000 contos para o arranque do Banco e aumentos sucessivos até estabilizar em 2.000.000 de contos. Contudo, os acionistas decidiram iniciar com um capital social de 300.000 contos, o mínimo na altura exigido pelo Banco de Cabo Verde.
  5. Essa subcapitalização, a não verificação do pressuposto das receitas da prestação de serviços de consultoria em *corporate finance* e os resultados líquidos negativos de 2010 e 2011 motivaram a revisão e atualização do Estudo de Viabilidade em 2012, e, nesse ano, o capital social foi aumentado para 600.000 contos.
  6. Em maio de 2015, após o falhanço das negociações para o reforço do capital com a entrada de um novo parceiro, a Afriland, os acionistas Estado e INPS realizam o aumento do capital para 849.500 contos, cumprindo a nova diretiva do BCV que estabelece o capital mínimo dos bancos em 800.000 contos.

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

7. Esses aumentos de capital foram, contudo, insuficientes para cobrir os sucessivos resultados líquidos negativos e manter os rácios prudenciais nos níveis mínimos exigidos pelo BCV. A consequente degradação da situação do Banco levou à intervenção do BCV em janeiro de 2016 condicionando o exercício da sua atividade.
8. No mesmo mês de janeiro de 2016 os acionistas designam um novo Conselho de Administração do Novo Banco com a missão de recuperar o seu equilíbrio financeiro. Em abril, a Assembleia Geral do Novo Banco aprovou o Plano de Recuperação proposto pela nova administração com três eixos: diminuição dos custos do funding e dos custos administrativos, recentragem do negócio e aumento do capital social, de 500.000 contos em 2016 e 200.000 contos em 2017. O plano de reestruturação foi submetido ao BCV, tendo o BCV solicitado ao Conselho de Administração do Novo Banco o seu aprofundamento.
9. No final de 2016 a nova administração do Novo Banco acreditava na possibilidade de sucesso do Plano de Recuperação, face aos resultados obtidos até então com a sua implementação, mas os acionistas não realizaram o aumento de capital aprovado.
10. Em dezembro de 2016 o acionista Estado comunicou ao BCV a sua decisão de não realizar o aumento de capital do Novo Banco, por não acreditar na sua recuperação e por considerar que a recapitalização seria um desperdício de recursos financeiros. Com esta decisão do principal acionista, o BCV encetou o processo que conduziu à resolução do Novo Banco em março de 2017.
11. Não se confirmou o alegado desvio do objeto social do Novo Banco. De facto, fica claro dos respetivos Estatutos e da Portaria nº 9/2010 que o Banco tinha autorização para praticar as operações permitidas pela lei aplicável, embora com o foco estratégico na economia social e no combate à exclusão financeira dos segmentos da população de menor rendimento e das micro e pequenas empresas. Os dados disponíveis comprovam que a maioria dos créditos concedidos foram para esses segmentos.
12. Os ex. administradores são unânimes no sentido de que para se atingir o nível de produto bancário necessário para viabilizar o Banco, ele tinha de conceder créditos aos outros segmentos da economia.
13. Não se confirmaram as, alegadamente, excessivas remunerações dos administradores do Novo Banco divulgadas pela imprensa. Ficou provado que as remunerações estavam ao nível do que se praticava na banca nacional e foram

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---

fixadas tendo como referência as remunerações praticadas pela CECV. O único caso fora deste critério foi o do Presidente da Comissão Executiva, do período de 2010 a 2013, indicado pelo Banco Português de Gestão, que tinha remuneração acima desta tabela, enquanto expatriado, mas cujo diferencial era pago pelo próprio BPG.

14. Não se confirmaram os alegados favorecimentos na concessão de créditos. Esteve em discussão um único crédito concedido a um cliente, que era então membro do Governo, para aquisição de um lote de terreno, crédito esse proposto pelo referido Presidente do Conselho de Administração, mas que, segundo os restantes administradores, foi objeto de um procedimento normal de decisão pelo Conselho de Administração.
15. Confirmou-se que a atitude excessivamente centralizadora do primeiro Presidente do Conselho de Administração do Novo Banco, indicado pelo Banco Português de Gestão para dirigir a sua instalação, criou dificuldades no funcionamento da administração, ao ponto de dois dos administradores executivos manifestarem junto da Ministra das Finanças o seu desacordo e desconforto com os seus métodos. Esse posicionamento acabou por conduzir à sua substituição e à rescisão do contrato com o BPG. Com a nomeação de um novo Conselho e Administração, em 2013, não existem mais referências de problemas de funcionamento dos órgãos de gestão do Banco.
16. A redação do Jornal A Nação confirmou que a sua fonte de informação para a elaboração do artigo publicado no seu número 498 que divulgou uma lista de devedores do Novo Banco é do Ministério das Finanças, mas não revelou a sua fonte em concreto, como era de se prever.
17. A Comissão Nacional de Proteção de Dados, após averiguações, entendeu que as únicas entidades que legalmente podiam ter acesso aos dados dos clientes do Novo Banco era o próprio Banco e o BCV e que ao comunicarem esses dados ao Ministro das Finanças violaram as disposições legais relativamente à proteção de dados pessoais.

Assembleia Nacional, 23 de fevereiro de 2018

O Presidente da CPI

/Manuel Inocêncio Sousa/

## **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO- NOVO BANCO**

(Resolução n.º 33/IX/2017, de 12 de abril)

---